



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Cátia Sofia Fernandes Andrade

**LITERACIA FINANCEIRA DOS DECISORES
FINANCEIROS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

*Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças, com
especialização em Contabilidade e Fiscalidade, orientado pela Professora
Doutora Liliana Marques Pimentel e apresentado à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.*

junho de 2023



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

***Literacia Financeira dos Decisores Financeiros
de Pequenas e Médias Empresas***

Cátia Sofia Fernandes Andrade

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças orientado pela Professora Doutora Liliana Marques Pimentel e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Entidade de Acolhimento: *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.*
Supervisora Profissional: Dr.^a Maria de Lurdes Alves

Coimbra, junho de 2023

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Agradecimentos

O presente relatório de estágio marca o fim de uma das etapas mais importantes na minha vida, quer a nível académico como pessoal. Assim sendo, não poderia deixar de manifestar a minha gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me acompanharam e apoiaram durante este percurso.

À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e a todos os professores que tive o prazer de conhecer. De igual modo, queria expressar o meu profundo agradecimento à Universidade da Madeira (UMa), onde obtive a licenciatura, e aos professores, os quais levo sempre no coração, bem como aos meus amigos de lá, principalmente à Catarina Fernandes e à Sílvia Ferreira.

À Professora Doutora Liliana Pimentel pela disponibilidade, apoio, simpatia e por me ter proporcionado o prazer de trabalharmos juntas.

À *Linha Recta*, em especial à Sr.^a Fátima, Carla Santos e Sr.^a Lurdes Alves, minha orientadora profissional de estágio, por todo o carinho, simpatia, compreensão, paciência e ensinamentos.

À minha família, pais, irmãs e sobrinha, por mais longe que estivessem sempre foram, e serão, o meu grande pilar. Igualmente, e de coração apertado, aproveito para pedir desculpa por não ter estado tão presente nestes últimos cinco anos.

Aos meus amigos, por toda a compreensão, ajuda e paciência. À Elisa Martins, Fernanda Quartilho e Joana Abreu por tudo, vocês sabem o que significam para mim, um obrigado é pouco. À Letícia Perestrelo e à Leonor Gonçalves por todo o apoio e histórias caricatas vivenciadas. E não poderia esquecer de agradecer a ti, Pedro Reis, por cada mensagem trocada, pelos desabafos, por teres conseguido “aturar-me” mesmo nos momentos mais delicados, e por nunca dizeres aquilo que eu queria ouvir, mas aquilo que eu precisava ouvir.

Por último, a ti Coimbra, por teres sido tão cruel comigo, mas ao mesmo tempo por ensinares tanto.

A todos, o meu profundo obrigado!

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

“Don’t work hard, work smart.”

(Expressão popular frequentemente atribuída a Allen Mogensen, consultor e engenheiro industrial nas décadas de 1930 e 1940)

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Resumo

O presente relatório deriva do estágio curricular concretizado na *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.*, que presta serviços de contabilidade e fiscalidade, e tem como objetivo sistematizar as tarefas desenvolvidas ao longo de 700 horas. Desta forma, foram realizadas diversas atividades nas áreas de atuação da empresa, já supracitadas, acompanhando todo o ciclo de tratamento de documentos contabilísticos e fiscais, mormente, receção, classificação, lançamento, registo, arquivo, inclusive o preenchimento e envio de declarações fiscais.

À semelhança do que acontece na maioria do tecido empresarial mundial, constituído por Pequenas e Médias Empresas (PME's), na *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.* este facto é elevado à totalidade, ou seja, a carteira de clientes da entidade de acolhimento é constituída apenas por PME's (Graña-Alvarez et al., 2022). Este tipo de empresas possui um papel fundamental no desenvolvimento económico, contudo revelam ser portadoras de níveis de Literacia Financeira (LF) reduzidos (Arribas & Vila, 2007). Neste sentido, surgiu o interesse de analisar o nível de LF dos decisores financeiros de PME's, nomeadamente dos clientes da entidade de acolhimento.

Com base numa amostra de 150 decisores financeiros e após aplicado um questionário, procedeu-se à análise das respostas recebidas com vista a avaliar o nível de LF dos decisores financeiros das PME's dos clientes da entidade de acolhimento. Adicionalmente, foram analisados que tipo de características do empresário e da empresa influenciam significativamente o nível de LF. Cumulativamente foram realizadas comparações entre os resultados aqui presentes e os resultados apresentados pelo Relatório do 1º Inquérito sobre a LF desenvolvido pela OCDE.

Os resultados obtidos demonstraram que o nível de LF dos inquiridos se situa em 69,65%, tendo demonstrado, também, que as habilitações literárias e o volume de negócios são os principais fatores que influenciam o nível de LF. No que diz respeito à comparação realizada, constatou-se a existência de algumas divergências, atribuídas à disparidade de tamanhos das amostras utilizadas nos estudos em questão.

Palavras-Chave: Pequenas e Médias Empresas (PME's); Literacia Financeira (LF); e Decisores Financeiros.

Abstract

This document derives from the Curricular Internship concretized in *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.*, which provides accounting and taxation services, and aims to systematize the tasks developed over 700 hours. In this way, several activities were carried out in the areas of operation of the company, already mentioned above, following the entire cycle of treatment of accounting and tax documents, mainly, reception, classification, release, registration, filing, including the completion and submission of tax returns.

Similar to what happens in majority of the world business fabric, consisting of Small and Medium-sized Enterprises (SMEs), in *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.* this fact is elevated to the totality, that is, the portfolio of clients of the host entity consists only of SMEs (Graña-Alvarez et al., 2022). Therefore, this type of companies has a fundamental role in economic development, however, they reveal to be carriers of reduced levels of Financial Literacy (LF) (Arribas & Vila, 2007). In this sense, the interest arose to analyze the level of LF of the financial decision-makers of SMEs, namely the clients of the host entity.

Based on a sample of 150 financial decision-makers and after applying a questionnaire, the responses received were analyzed in order to assess the level of LF of the financial decision-makers of the SME's of the clients of the host entity. In addition, what kind of characteristics of the entrepreneur and the company significantly influence the level of LF were analyzed. Cumulatively, comparisons were made between the results presented here and the results presented by the Report of the 1st Survey on LF developed by the OECD.

The results obtained showed that the LF level of the respondents is situated at 69,65%, having also shown that the educational qualifications and the volume of business are the main factors that influence the LF level. With regard to the comparison carried out, it was found that there were some differences, attributed to the disparity in the sizes of the samples used in the studies in question.

Keywords: Small and Medium-sized Enterprises (SMEs); Financial Literacy (LF); and Financial Decision-Makers.

Lista de Siglas e Abreviaturas

- AIMI** – Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis;
- ASF** – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- CAE** – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas;
- CE** – Comissão Europeia;
- CIRC** – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares;
- CIVA** – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- CMVM** – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários;
- CNSF** – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- CSC** – Código das Sociedades Comerciais;
- FEUC** – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- FM** – Fundo de Maneio;
- IAF** – Indicador de Atitudes Financeiras;
- IAPMEI** – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação;
- ICNF** – Indicador de Conhecimentos Financeiros;
- ICPF** – Indicador de Comportamentos Financeiros;
- IGLF** – Indicador Global de Literacia Financeira;
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- IRS** – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares;
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- LF** – Literacia Financeira;
- LG** – Liquidez Geral;
- MMQ** – Método dos Mínimos Quadrados;
- OCDE ou OECD** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou *Organisation for Economic Co-operation and Development*;
- OCDE/INFE** – *International Network on Financial Education*;
- PME'S** – Pequenas e Médias Empresas;
- PMP** – Prazo Médio de Pagamento;
- PMR** – Prazo Médio de Recebimento;
- PNFF** – Plano Nacional de Formação Financeira;
- RCP** – Rendibilidade dos Capitais Próprios;
- ROA** – Rendibilidade do Ativo;
- SNC** – Sistema de Normalização Contabilística;

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*; e

SWOT – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise <i>SWOT</i> da Linha Recta	8
Tabela 2 - Rácios Económico-Financeiros	11
Tabela 3 - Classificação de Empresas dentro das PME's	31
Tabela 4 - Evidências Científicas relacionadas com o Comportamento Financeiro nas PME's	32
Tabela 5 - Evidências Científicas relacionadas com a Atitude Financeira nas PME's	33
Tabela 6 - Análise Descritiva das Variáveis.....	41
Tabela 7 - Detalhes das Questões do Inquérito para o Cálculo do Indicador Global de Literacia Financeira	43
Tabela 8 - Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo	54
Tabela 9 - Matriz de Correlação de <i>Pearson</i>	55
Tabela 10 - Características Relevantes para os Indicadores de LF - MMQ	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação Internacional do Indicador Global de Literacia Financeira da OCDE/INFE	37
Gráfico 2 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Sexo	46
Gráfico 3 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Grupo Etário	46
Gráfico 4 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Habilitações Literárias	47
Gráfico 5 - Resultado do Inquérito, Parâmetro Formação Educacional em Gestão de Empresas, Economia ou Finanças	47
Gráfico 6 - Resultado do Inquérito, Parâmetro Formação Específica em Gestão Financeira Empresarial.....	47
Gráfico 7 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Anos de Experiência	48
Gráfico 8 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Experiência dos Pais	48
Gráfico 9 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Localização Geográfica.....	48
Gráfico 10 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Setor de Atividade.....	49
Gráfico 11 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Número de Trabalhadores	50
Gráfico 12 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Início de Atividade.....	50
Gráfico 13 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Volume de Negócios	50
Gráfico 14 - Gráficos dos Testes à Normalidade	57

Índice de Figuras

Figura 1 - Logótipo da <i>Linha Recta - Contabilidade e Consultoria, Lda</i>	7
Figura 2 - Top 5% Melhores PME Portugal.....	7
Figura 3 - Elementos que constituem a LF segundo Atkinson & Messy (2012).....	28

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Índice Geral

<i>Agradecimentos</i>	<i>iii</i>
<i>Resumo</i>	<i>vii</i>
<i>Abstract</i>	<i>viii</i>
<i>Lista de Siglas e Abreviaturas</i>	<i>ix</i>
<i>Índice de Tabelas</i>	<i>xi</i>
<i>Índice de Gráficos</i>	<i>xii</i>
<i>Índice de Figuras</i>	<i>xiii</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>Parte I: Entidade de Acolhimento e Estágio Curricular</i>	<i>3</i>
1. Entidade de Acolhimento	<i>4</i>
1.1. Breve Apresentação.....	<i>5</i>
1.2. Análise Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (<i>SWOT</i>).....	<i>8</i>
1.3. Análise Económica e Financeira	<i>10</i>
2. O Estágio Curricular.....	<i>14</i>
2.1. Tratamento de Documentos Contabilísticos.....	<i>15</i>
2.2. Práticas de Controlo Interno.....	<i>18</i>
2.3. Obrigações Fiscais.....	<i>19</i>
2.4. Obrigações Não Fiscais	<i>21</i>
2.5. Análise Crítica do Estágio Curricular	<i>22</i>
<i>Parte II: Enquadramento Teórico e Revisão de Literatura</i>	<i>25</i>
3.1. Literacia Financeira.....	<i>26</i>
3.2. Pequenas e Médias Empresas.....	<i>30</i>
3.3. Importância de Literacia Financeira para as Pequenas e Médias Empresas	<i>31</i>
3.4. Medir a Literacia Financeira das Pequenas e Médias Empresas.....	<i>34</i>
3.5. Nível de Literacia Financeira das Pequenas e Médias Empresas em Portugal	<i>35</i>
<i>Parte III: Amostra e Metodologia</i>	<i>39</i>
4.1. Objetivo e Questão de Estudo	<i>40</i>
4.2. Variáveis.....	<i>41</i>
4.3. Base de Dados e Seleção da Amostra	<i>45</i>
4.4. Caracterização da Amostra.....	<i>45</i>
4.5. Análise e o Modelo.....	<i>51</i>

<i>Parte IV: Resultados e Discussão</i>	53
5.1. Estatísticas Descritivas e Matriz de Correlação	54
5.2. Teste à Normalidade	56
5.3. Modelo dos Mínimos Quadrados.....	58
5.4. Comparação de Resultados Presentes <i>versus</i> Resultados da OCDE	62
<i>Conclusão</i>	65
<i>Referências Bibliográficas</i>	69
<i>Anexo</i>	75
Anexo I – Questionário	75

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Introdução

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido ao longo de quatro meses e meio de estágio curricular na empresa *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda*. Esta entidade de acolhimento, situada em Coimbra, concede serviços de contabilidade e fiscalidade. Deste modo, o estágio visou, sobretudo, a consolidação e aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer de todo o percurso académico e um primeiro contacto com o universo do trabalho. Neste sentido, foram desempenhadas tarefas de âmbito contabilístico e fiscal, nomeadamente, receção, classificação, lançamento, arquivo, preenchimento e envio de declarações fiscais bem como práticas de controlo interno, como o caso das conciliações bancárias. O facto desta empresa prestar serviços de contabilidade para outras empresas permitiu conhecer os mais diversos *softwares* que cada cliente detinha. Sendo que, atualmente, possui 150 clientes, cuja totalidade são PME's.

Neste sentido, as PME's são responsáveis por cerca de 95% do tecido empresarial mundial sendo, as maiores criadoras de postos de trabalho (Graña-Alvarez et al., 2022). No que respeita a Portugal, segundo dados do Pordata¹, segundo os últimos dados disponíveis, em 2020, existiam 1 314 944² PME's num universo total de 1 316 256³, ou seja, as PME's representavam 99,90% do tecido empresarial português. Na mesma linha de pensamento, e de acordo com o referido banco de dados, no mesmo ano, as empresas em estudo empregavam 3 293 582⁴ indivíduos do total da população ativa de 5 034 500⁵. Desta forma, pode-se perceber que as PME's têm um papel fulcral no desenvolvimento económico, contribuindo com inovação, combate à pobreza, distribuição e criação de riqueza e competitividade de um país (Arribas & Vila, 2007).

Consequentemente, os gestores dessas mesmas empresas têm de ser portadores de múltiplas capacidades para tomar as melhores decisões de forma a ampliar a sua vida útil e o seu potencial. Neste sentido Calvino et al. (2015), afirmam que cerca de metade das PME's não sobrevivem mais do que cinco anos após a sua constituição. Graña-Alvarez et al. (2022)

¹ Base de dados certificada sobre Portugal com estatísticas em diversas áreas como educação, demografia, saúde, entre outras, com o objetivo de auxiliar o estudo e decisões.

² Fonte/Entidade: INE, PORDATA; Última atualização: 2022-03-30; Visualizado a: 2023-02-10; <https://www.pordata.pt/portugal/pequenas+e+medias+empresas+total+e+por+dimensao-2927>

³ Fonte/Entidade: INE, PORDATA; Última atualização: 2022-03-30; Visualizado a: 2023-02-10; <https://www.pordata.pt/portugal/empresas+total-2854>

⁴ Fonte/Entidade: INE, PORDATA; Última atualização: 2022-03-30; Visualizado a: 2023-02-10; <https://www.pordata.pt/portugal/pessoal+ao+servico+nas+pequenas+e+medias+empresas-2931>

⁵ Fonte/Entidade: INE-Inquérito ao Emprego, PORDATA; Última atualização: 2022-08-02; Visualizado a: 2023-02-10; <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+ativa+total+e+por+sexo-28>

atribuem este fenômeno à falta de LF, uma vez que perceberam, através dos seus estudos, que a LF tem influência nas atitudes e comportamentos financeiros, bem como nas capacidades organizacionais e no desempenho das PMEs. Portanto, torna-se essencial o estudo desta temática, na medida em que estas empresas são um dos pilares da economia e devem, por isso mesmo, ser fortalecidas com conhecimento para garantir a sua longevidade.

Assim sendo, reconheceu-se a relevância de conduzir um estudo que analisasse o nível de LF do gestor da PME. Por conseguinte, o trabalho em análise irá explorar o tema de LF, PME e a combinação destes dois fatores.

De forma a alcançar este propósito, elaborou-se primeiramente uma revisão de literatura, e *a posteriori* a realização de um inquérito, sendo seguidamente realizada uma avaliação descritiva dos resultados desse mesmo questionário, com vista ao tratamento dos dados obtidos. Depois, adotou-se uma análise quantitativa dos resultados obtidos, assente na matriz de correlação de *Pearson* e no Método dos Mínimos Quadrados (MMQ)⁶, que permitiu associar as duas temáticas deste estudo e a sua análise. Ainda no âmbito do inquérito, utilizou-se uma amostra de 150 PME's, correspondentes aos clientes da entidade de acolhimento.

Com o objetivo de tornar este documento mais claro estruturalmente, optou-se por dividi-lo em quatro partes: (I) Entidade de Acolhimento e Estágio Curricular; (II) Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura; (III) Amostra e Metodologia; e (IV) Resultados e Discussão. Por último, será apresentada a Conclusão. Portanto, a primeira parte estará subdividida em dois tópicos, onde o primeiro tratará da identificação da entidade de acolhimento, o segundo estará ao encargo da descrição das atividades desenvolvidas ao longo de todo o estágio bem como uma análise crítica do mesmo. Por sua vez, na segunda parte terá lugar uma abordagem teórica, onde será utilizada a revisão de literatura para dar a conhecer os estudos científicos já efetuados na área. Passa-se, posteriormente, para a parte III, sendo aí que as questões sobre o inquérito e a sua análise se irão levantar. E, por fim, na última parte serão discutidos os resultados decorrentes deste estudo. De forma a encerrar este estudo, serão apresentadas as conclusões latentes a este estudo, bem como algumas limitações e sugestões para estudos futuros.

⁶ *Ordinary Least Squares (OLS)*.

Parte I: Entidade de Acolhimento e Estágio Curricular

Parte I: Entidade de Acolhimento e Estágio Curricular

Nesta parte será abordado o estágio curricular, o qual integra o plano de estudos para a conclusão do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Havendo um protocolo entre a respetiva faculdade e a Ordem dos Contabilistas Certificados, foi preferido um estágio que satisfizesse ambas as instituições e possibilitasse, após a sua conclusão, a proposta a exame para Contabilista Certificado da Ordem mencionada.

Desta forma, esta primeira parte do relatório estará dividida em dois grandes tópicos: a identificação da entidade de acolhimento, onde terá lugar uma breve descrição da entidade, e, *a posteriori*, duas análises: uma qualitativa, análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (*SWOT*)⁷, e outra quantitativa, análise económica e financeira; a descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio e, ainda, a análise crítica do estágio efetuado. Esta distribuição permite, em primeira instância, dar a conhecer ao leitor a empresa, e, só posteriormente, explicar as atividades realizadas, encerrando com o balanço crítico no âmbito deste estágio.

Ainda importa destacar que a opção por um estágio curricular, que, conseqüentemente, resultou neste relatório de estágio, em detrimento das restantes modalidades de conclusão, prende-se com o facto de se considerar que este seja um elemento fundamental de consolidação de conhecimentos teórico-prático. Outrossim, a realização do estágio permite que o estagiário se encontre numa posição onde pode desenvolver a reflexão crítica sobre as atividades realizadas, as dificuldades encontradas, as soluções descobertas e os resultados obtidos. Ademais, oferece uma visão mais ampla sobre o contexto profissional.

1. Entidade de Acolhimento

Com a finalidade de responder às exigências impostas pelo protocolo referenciado anteriormente, o estágio teve início a 1 de fevereiro de 2023, com término a 7 de junho do ano em causa, perfazendo um total de 700 horas. Este foi executado na área de contabilidade e fiscalidade tendo como entidade de acolhimento a empresa *Linha Recta – Contabilidade e Consultoria Lda.* (doravante designada por *Linha Recta*).

⁷ *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.*

1.1. Breve Apresentação

A *Linha Recta* localizada no concelho de Coimbra, com sede em Avenida Fernão de Magalhães 481 – 1º Sala E, é prestadora de serviços de consultoria fiscal e contabilística, dispondo de um CAE principal 69200 – Atividades de Contabilidade e Auditoria. Esta é formada juridicamente por quotas, ou seja, caracteriza-se principalmente por deter seis aspetos – (1) o capital social encontra-se dividido por quotas; (2) os sócios têm responsabilidade limitada, com isto entende-se que a responsabilidade de cada sócio é limitada ao montante de subscrição; (3) os sócios possuem responsabilidade solidária, uma vez que estes podem ser responsabilizados por uma obrigação ou dívida de forma conjunta; (4) o capital social é fixado de forma livre no contrato da sociedade, equivalendo ao somatório das quotas subscritas dos sócios; (5) utiliza-se a denominação de “Lda.” ou “Limitada”; e (6) é formada por um mínimo de dois sócios (CSC, artigo 197º, 198º, 199º, 200º e 201º).

Esta organização, encontra-se no ramo desde 1979, totalizando 44 anos de experiência, tendo iniciado a sua atividade exercendo contabilidade para empresários em nome individual e PME's. Ao longo do tempo veio a expandir os seus horizontes nas áreas de recursos humanos, processamento de salários, gestão fiscal e, continuou a reforçar os campos que precedentemente já dominava, contabilidade e fiscalidade, preservando-se sempre a sua excelência profissional.

Refira-se que o seu compromisso com a inovação está presente no meio digital, através do *site*: <https://www.l-c.pt>. Também neste âmbito, houve uma grande aposta, por parte da entidade, nas plataformas de execução da prestação de serviço, sendo que atualmente dispõe de múltiplos *softwares* no seu dia-a-dia, desde os contabilísticos aos de auxílio indireto inerentes à profissão. São exemplos, na parte direta à contabilidade, o *CentralGest*, *Olisoft*, *PHC*, e, muito recentemente, março de 2023, a adoção do *SAP* para efetuar a contabilidade de uma nova empresa. Como auxiliares detêm *AnyDesk*⁸,

⁸ *Software* de acesso remoto que possibilita o controlo de um computador a partir de outro dispositivo eletrónico; <https://anydesk.com/pt>.

*CrMContab*⁹, *Secured By Eset*¹⁰, *Gimo.32*¹¹ e *Microsoft Excel*¹², sendo esta última a ferramenta primordial da contabilidade.

Em termos financeiros, possui um capital social na ordem dos €35 000, reunindo um volume de negócios na casa dos 200 mil euros, sendo que se explorará mais este tópico na análise económica e financeira (ponto 1.3. do presente estudo).

No que diz respeito aos recursos humanos, estes são formados por um órgão laboral constituído por oito colaboradores, entre os quais: duas Contabilistas Certificadas; duas Técnicas de Contabilidade; uma Advogada; uma Assistente Administrativa de Contabilidade; um Assistente Administrativo; e uma Assistente Administrativa de Recursos Humanos. Soma-se o Sócio-Gerente, Contabilista Certificado, o Sr.º Dr.º Miguel Rodrigues. Desta forma, a minha orientadora de estágio foi uma das Contabilistas Certificadas e Fiscalista Sénior, a Sr.ª Dr.ª Lurdes Alves.

Em virtude dos factos apresentados, podemos classificar esta empresa dentro das PME's, uma vez que atende aos critérios para ser distinguida como tal: dispõe de um volume de negócios anual abaixo dos 50 milhões de euros e emprega menos do que 250 profissionais. Contudo é possível ir mais ao pormenor, qualificando esta entidade como uma microempresa, em consequência do seu volume de negócio anual e, do mesmo modo, o balanço total anual encontrarem-se abaixo dos 2 milhões de euros, bem como o número total de funcionários não ultrapassar uma dezena (*Portal do INE*, 2023).

Já no que se refere ao portefólio de clientes, este é composto por 150 contribuintes, sendo este o valor máximo alguma vez atingido pela entidade. Todos estes clientes são referentes a PME's, uma vez que a *Linha Recta* não detém nenhum consumidor fora deste grupo.

⁹ Plataforma que permite otimizar e controlar o processo interno da empresa; <https://www.softwhere.com.pt/index.html>.

¹⁰ Programa de segurança informática, protegendo as informações presente nos equipamentos; <https://www.eset.com/pt>.

¹¹ Sistema informático para o controlo de imobilizado; <https://www.filosoft.pt/solucao/8-gimo-32>.

¹² Software de folhas de cálculo; <https://www.microsoft.com/pt-pt/microsoft-365/excel>.

De seguida, apresenta-se o logótipo da *Linha Recta*:



Figura 1 - Logótipo da Linha Recta - Contabilidade e Consultoria, Lda.

Fonte: <https://www.l-c.pt/>

Estas condições permitiram que a *Linha Recta*, em 2023, fosse distinguida pela *Scoring*¹³ com a certificação “TOP 5% Melhores PME Portugal”. Portanto, a *Scoring* avalia várias entidades e atribui um *score* (pontuação) à empresa solicitante. Este processo utiliza como parâmetros o desempenho, a solidez financeira a curto e a longo prazo e a maximização dos resultados. Desta forma, esta distinção permite criar valor agregado para a empresa certificada, pois projeta confiança a todos os *stakeholders* da entidade (*Scoring*, 2023). Em seguida, na figura 2, apresenta-se o selo do Prémio do *Scoring*:



Figura 2 - Top 5% Melhores PME Portugal

Fonte: <https://www.l-c.pt/>

¹³ <https://scoring.pt/>

1.2. Análise Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (SWOT)

A análise Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (SWOT) é uma forte ferramenta de planeamento estratégico utilizada pelas entidades que na sua base considera quatro pontos essenciais subdividindo-os em externos – Oportunidades (*Oportunities*) e Ameaças (*Threats*) – e internos – Pontos Fortes (*Strengths*) e Pontos Fracos (*Weaknesses*) – à entidade. Desta forma permite-se que estas organizações tenham conhecimento sobre o ambiente em que estão inseridas e, de igual modo, o seu próprio ecossistema, de forma a obterem uma melhor atuação estratégica no mercado (Sammut-Bonnici & Galea, 2015).

Da análise dos **Fatores Externos**, as **Oportunidades** podem ser aproveitadas como fontes de melhoria da situação da empresa. Por outro lado, as **Ameaças** podem advertir para potenciais problemas. Já da análise dos **Fatores Internos**, as **Forças** devem ser utilizadas para obter vantagem competitiva. No entanto, as **Fraquezas** devem servir como indicadores das correções a que a organização deve proceder. Assim, neste tipo de análise, os fatores externos estão associados a situações que não estão sob o controlo organizacional, o oposto do que se verifica para os fatores internos (Sammut-Bonnici & Galea, 2015).

Neste âmbito a tabela 1 apresentada posteriormente representa uma análise SWOT da *Linha Recta*:

Tabela 1 - Análise SWOT da Linha Recta

Fatores Internos	
Pontos Fortes (<i>Strengths</i>)	Pontos Fracos (<i>Weaknesses</i>)
- Grande carteira de clientes;	- Custos elevados administrativos;
- Excelência dos serviços prestados;	- Ausência de uma estratégia empresarial coerente;
- Equipa Resiliente; e	- Baixo <i>marketing</i> ;
- Portefólio de serviços diversificado.	- Escassa receptividade a novas ideias/formas de pensar; e
	- Pouca adaptação ao trabalho remoto.

Fatores Externos	
Oportunidades (<i>Oportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)
- Alianças estratégicas;	- Alterações nas legislações constantes;
- Novas tecnologias e/ou avanços tecnológicos;	- Concorrência; e
- Alcance de novos mercados;	- Alteração nas preferências dos consumidores.

- Mudanças no mercado; e	
- Novos serviços e/ou diversificação.	

Desta forma, destaca-se, nos fatores internos, como **Pontos Fortes**, o facto da entidade de acolhimento possuir uma grande carteira de clientes, perfazendo um total de 150 consumidores, demonstrando que esta entidade é detentora de uma base sólida de clientes que confiam nos seus serviços. Ademais, este ponto significa que a *Linha Recta* tem uma boa reputação junto dos seus utilizadores, o que proporciona um aumento da fidelidade por parte destes. Aliado a este ponto, dispõem de uma excelência nos serviços prestados, onde a empresa se caracteriza pelo seu alto rigor. Conjuntamente, revela ser portadora de um vasto leque de serviços e apoio às empresas, desde a sua simples abertura, ciclo de vida até ao fecho, indo do contabilístico, recursos humanos até processos legais, sempre com apoio de profissionais especializados nas devidas áreas. Outra vantagem que importa realçar é de que esta empresa é composta por uma equipa resiliente que representa um alicerce fundamental para o seu sucesso.

Todavia, no que concerne aos **Pontos Fracos**, evidenciam-se os altos custos suportados por esta entidade, custos esses associados aos *softwares* utilizados, uma vez que esta empresa não se foca apenas numa plataforma, mas em várias. Este fator pode estar correlacionado com o facto de a empresa também revelar alguma aversão a novas ideias de pensar, novos mecanismos, dado que utiliza os mesmos moldes de trabalho praticamente desde a sua fundação. De modo semelhante, a empresa não aposta na definição de uma estratégia coerente, o que gera grandes perdas de produtividade e potencia altos custos. Ainda, salienta-se a baixa reputação da empresa no mercado onde se insere, prejudicando a sua capacidade de atrair novos clientes, parceiros e até mesmo mão de obra. De igual modo, evidencia-se o surgimento de uma nova pandemia, como a anterior, designada por COVID-19 que, ainda que bem gerida pela entidade, a afetou, inevitavelmente, revelando ser uma grande adversidade e colocando-a à prova. O facto desta empresa utilizar *softwares* tão específicos, mais do que um, que requerem uma grande capacidade operacional por parte dos computadores, faz com que se torne impraticável desempenhar as tarefas de forma remota. Do mesmo modo, não podemos colocar de parte o facto da empresa recorrer muitas vezes aos arquivos físicos e revelar uma grande dependência destes, o que representa um entrave à realização de contabilidade em qualquer local do mundo. É de notar que esta

situação descrita anteriormente acontece na grande maioria das empresas de contabilidade, uma vez que a transição para o meio digital ainda está longe de atingir o seu potencial máximo

No que diz respeito aos fatores externos, nas **Oportunidades**, salienta-se a expansão da empresa, quer através de novas alianças estratégicas, novas tecnologias, novos mercados, novos serviços bem como o aproveitamento das mudanças do mercado que representem vantagens para a entidade, devendo aproveitá-las em seu próprio benefício.

Em contrapartida, nas **Ameaças**, destaca-se a legislação que pode vir a surgir e não ser favorável à atuação da empresa; o aumento da concorrência, pois pode afetar a sua participação no mercado; mudança de comportamento dos consumidores, como modificações nos gostos dos mesmos, que levam a mudar de escritório de contabilidade, originando uma perda de participação no mercado e diminuição dos lucros, representando uma grande dificuldade de adaptação da entidade às novas exigências do mercado.

Em síntese, pode-se concluir que a *Linha Recta* possui vantagens competitivas significativas, o que lhe possibilita ocupar uma posição favorável em relação à concorrência. Porém, existem fatores externos que podem vir a afetar o seu desempenho no mercado, tornando-se necessário ter especial atenção.

1.3. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira é um instrumento utilizado por analistas, investidores e essencialmente, por e para empresas. Neste processo, é utilizado um conjunto de técnicas envolvendo a avaliação de Demonstrações Financeiras como: o Balanço, as Demonstrações de Resultados Líquidos, as Demonstrações de Fluxos de Caixa, e ainda as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio. Por meio desta ferramenta, é possível obter informações valiosas sobre a saúde financeira e económica da organização, permitindo que os gestores tomem decisões estratégicas fundamentadas (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012).

Deste modo, realizou-se a presente análise na entidade de acolhimento, *Linha Recta*, executando-se, igualmente, o estudo da evolução dos indicadores. Para obter as informações

necessárias, utilizou-se o banco de dados internos da empresa (Balanço e Demonstrações de Resultados) respeitantes ao último triénio disponível (2019, 2020 e 2021).

Assim sendo, a tabela 2 apresentada *a posteriori* representa o tratamento desses dados:

Tabela 2 - Rácios Económico-Financeiros

Rácios Económico-Financeiros	2019	2020	2021	Varição
Endividamento				
- Autonomia Financeira (%)	39,49	37,33	46,98	18,97
- Solvabilidade (%)	65,27	59,56	88,62	35,77
- Endividamento (%)	60,51	62,67	53,02	-12,38
Liquidez				
- Liquidez Geral (%)	714,30	603,73	736,91	3,16
- Fundo de Maneio (€)	89 125,28	142 981,02	165 032,55	85,17%
Rendibilidade Económica e Financeira				
- Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)	11,76	23,95	31,17	165,18
- Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	6,79	11,10	14,92	119,92
Funcionamento				
- Prazo Médio de Recebimento (PMR) (dias)	89	106	96	0
- Prazo Médio de Pagamento (PMP) (dias)	7	2	21	2
- Rotação do Ativo (%)	123,69	98,06	103,73	16,14

Fonte: Dados da Empresa (Balanço e Demonstrações de Resultados).

No que concerne aos Rácios Económico-Financeiros, priorizaram-se os indicadores de Endividamento, Liquidez, Rendibilidade Económica e Financeira e Funcionamento. Esta triagem permite condensar o máximo de informação da empresa convertida em números, proporcionando uma visão em termos quantitativos (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012).

Na categoria dos Rácios de Endividamento, foram tidos em conta: a Autonomia Financeira; a Solvabilidade e o Endividamento. Desta forma, a Autonomia Financeira $\left(\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Próprio} + \text{Capital Alheio}}\right)$ traduz-se na independência financeira que a empresa

apresenta, ou seja, a sua capacidade para controlar as suas finanças sem depender de fontes financeiras externas (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Deste modo, ao analisar a tabela antecedente, constata-se que a *Linha Recta* apresenta valores favoráveis neste indicador ao longo do último triénio, o que demonstra uma maior liberdade financeira. Por sua vez, a Solvabilidade $\left(\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Alheio}}\right)$ determina se a empresa dispõe de meios para saldar as suas responsabilidades pecuniárias a médio e longo prazo (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). A aplicação deste rácio na empresa em estudo revelou que esta apresenta sempre valores acima de 50%, em todos os anos analisados, sendo positivo para a mesma. Finalmente, o Endividamento $\left(\frac{\text{Capital Alheio}}{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo}}\right)$ reflete a dependência da empresa em relação ao financiamento externo (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Note-se que a empresa em análise tem vindo a diminuir este rácio ao longo do tempo de estudo, passando dos 60,51% em 2019 para os 53,02% em 2021, o que evidencia uma redução da dependência em relação a financiadores terceiros (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012).

Já no que diz respeito aos Rácios de Liquidez foram analisados dois indicadores, a saber: Liquidez Geral (LG); e Fundo de Maneio (FM). Assim, a LG $\left(\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}\right)$ mede a capacidade da entidade em cumprir com as suas obrigações de curto prazo, devendo assumir um valor superior a 1 (ou 100%) para garantir o equilíbrio financeiro mínimo. Contudo, não podemos afirmar que este cenário representa nulos problemas de liquidez, muito pelo contrário, uma vez que só se concentra no curto prazo arrisca a induzir a erro, já que a empresa pode apresentar capacidades para cumprir as suas obrigações de curto prazo, mas pode enfrentar dificuldades no médio a longo prazo. Caso este rácio seja inferior a 1, indica que a empresa está a financiar ativos não correntes com passivos correntes, o que gera um desequilíbrio financeiro acarretando problemas para a entidade (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Na empresa em estudo, este indicador apresenta-se muito superior a 100%, o que sugere que esta organização será capaz de cumprir todas as suas obrigações de curto prazo. Por outro lado, o FM (*Ativo circulante – Passivo Circulante*) representa o montante indispensável para garantir o exercício normal da atividade empresarial (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Desta forma, é possível observar que a *Linha Recta* tem vindo, ao longo de 2019 a 2021, a aumentar a sua margem de segurança.

Relativamente aos Rácios de Rendibilidade Económica e Financeira foram avaliados: a Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP); e a Rendibilidade do Ativo (ROA).

A RCP $\left(\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Capital Próprio}}\right)$ é responsável por medir a forma como a empresa gera rendimentos para os sócios/acionistas, sendo, conseqüentemente, um indicador privilegiado por esses agentes (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Na empresa em análise, é possível deduzir uma tendência crescente ao longo do triênio no que diz respeito ao indicador abordado. Já o ROA $\left(\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Ativo}}\right)$ avalia a gestão de ativos da empresa no que concerne à produção de resultados financeiros. Este indicador apresenta uma correlação positiva, isto é, quanto maior o seu valor, melhor será a *performance* operacional da entidade, sendo indicativo de uma alocação eficiente dos ativos (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Observe-se que, na *Linha Recta*, se verifica um aumento da eficiência e capacidade de gestão dos seus ativos ao longo dos três anos em causa.

Quanto aos Rácios de Funcionamento foram considerados: o Prazo Médio de Recebimento (PMR); o Prazo Médio de Pagamento (PMP); e, ainda, a Rotação do Ativo. O PMR $\left(\frac{\text{Clientes}}{\text{Vendas e Serviços prestados} \cdot (1+t_{IVAv}^{14})} \times 365\right)$ analisa a rapidez com que a empresa recebe dos seus clientes. Note-se que um PMR muito baixo pode ser indicativo de fraco poder negocial da empresa para com os seus clientes, além de gerar problemas de tesouraria. No entanto, oferecer um prazo mais longo pode ser uma forma de atrair clientes. Neste sentido, é necessário estabelecer um equilíbrio ideal para os interessados. Por oposição, o PMP $\left(\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras e fornecimentos e serviços externos} \cdot (1+t_{IVAc}^{15})} \times 365\right)$ mede a celeridade com que a empresa salda as dívidas aos fornecedores. Verifica-se que um PMP elevado demonstra que a empresa apresenta dificuldades em cumprir as suas obrigações, ao passo que um PMP baixo também não é um bom indicativo, pois pode gerar, tal como um PMR baixo, problemas de tesouraria. Portanto, é importante encontrar um equilíbrio entre estes dois prazos (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Observe-se que a empresa em causa paga aos seus fornecedores num prazo médio de 21 dias e recebe dos seus clientes em 96 dias, em 2021. Por fim, a Rotação do Ativo $\left(\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Ativo}}\right)$ corresponde ao número de unidades vendidas por cada unidade investida (Fernandes et al., 2014; Neves, 2012). Verifica-se que, na entidade em estudo, em 2019, situava-se acima dos 100%; contudo, sofreu uma grande

¹⁴ IVA_v – Taxa Média de IVA das vendas e serviços prestados, na *Linha Recta* fixa-se nos 23%.

¹⁵ IVA_c – Taxa Média de IVA nas compras e fornecimentos e serviços externos, na entidade de acolhimento estabeleceu-se nos 23%.

queda em 2020, ficando abaixo dessa margem. Este resultado pode ser explicado por fatores externos, como a Pandemia Covid-19.

Em resumo, é possível afirmar que a *Linha Recta* exhibe bons indicadores Económico-Financeiros. Importa referir que não foram conduzidas análises a outros indicadores, nem realizada a comparação dos dados com a média do setor, uma vez que, até ao momento, não foi encontrada informação que permitisse levar a cabo esse estudo de forma fíável, e, lamentavelmente, foi descartada essa hipótese.

2. O Estágio Curricular

Neste ponto será priorizada a descrição das tarefas realizadas ao longo de todo o período de estágio, bem como um balanço crítico do mesmo. Este estágio tem como objetivo conseguir classificar, tratar e lançar nos *softwares* contabilísticos, utilizados pela entidade de acolhimento, documentos relativos à contabilidade dos respetivos consumidores dos serviços prestados por esta empresa. Do mesmo modo, tem o propósito de adquirir competências no âmbito da verificação das contas correntes; aprender e assegurar, igualmente, o cumprimento das obrigações declarativas periódicas a que as empresas são sujeitas; bem como obter aptidão para a elaboração e apresentação de balanços e demonstrações de resultados das respetivas firmas. Garante, assim, a futura execução do conjunto destas funções, que são fundamentais, para que, de forma autónoma e responsável, possa desempenhar funções na organização, tendo em consideração as práticas de Ética e Deontologia vinculadas ao ofício de Contabilista Certificado.

Desta forma, na fase inicial deste estágio, foi realizada uma visita guiada pelas instalações da empresa, onde fiquei a conhecer a sua organização e as suas salas, destacando-se a sala do Departamento Contabilístico, onde passei a totalidade do estágio. De modo semelhante, também, se sucedeu uma breve apresentação de toda a equipa da *Linha Recta*. Pelo facto desta entidade deter pouca mão de obra, foi possível consolidar de forma eficiente todas as informações até então apresentadas, incluindo a breve explicação de todo o funcionamento da entidade e as suas regras. Posteriormente, foram-me fornecidos um computador e uma secretária, bem como as credenciais de acesso necessárias à execução das atividades. Após estas formalidades, foi iniciado o desenvolvimento de aprendizagem e

tarefas, sendo que estas eram atribuídas pela orientadora profissional de estágio e de acordo com as necessidades que a empresa ia apresentando, acompanhadas por profissionais da equipa, que serão explorados nos tópicos seguintes.

2.1. Tratamento de Documentos Contabilísticos

2.1.1. Receção e Organização

Pelo facto de a *Linha Recta* possuir um portfólio de clientes na ordem dos 150, os procedimentos executados dentro da entidade são realizados de forma segregada, ou seja, por etapas e por diferentes pessoas, representando este mecanismo um dos procedimentos de controlo interno da entidade de acolhimento.

Relativamente à tarefa de receção e organização, esta era executada pelo Assistente Administrativo e, conseqüentemente, este tipo de atividades não foi realizado por mim, uma vez que não se encontrava diretamente relacionado com a equipa de trabalho que integrava. Contudo, aprendi o processo e tive o prazer de acompanhar esta etapa, sendo esta uma das mais importantes e constituindo a base fundamental para que as restantes possam ser executadas devidamente, pois, em caso de falha, as demais ficam comprometidas.

Deste modo, os documentos contabilísticos chegam à *Linha Recta* através de duas vias possíveis: digital e/ou físico. Na hipótese do recebimento destes documentos em estado físico, são entregues na receção, onde é efetuada a primeira triagem. É nesta fase que estes documentos são separados por meses, anos, empresa e organizados para passagem à próxima fase. Se, porventura, estes documentos chegarem à empresa por via digital, colocados na *drive* ou enviados para o *e-mail* da empresa, são impressos e passam pelo mesmo processo que os entregues em suporte físico.

2.1.2. Classificação, Lançamento e Arquivo

No que concerne à contabilidade e os seus *softwares*, a *Linha Recta*, utiliza diversas plataformas entre as quais *CentralGest*, *Olisoft*, *PHC*, e recentemente *SAP*. Deste modo, tive a oportunidade de presenciar todos estes sistemas em utilização, representando uma mais-valia para o estágio. Apesar de ser possível traçar um paralelo entre todos estes programas,

pois possuem uma génese muito idêntica, e não menosprezando nenhum destes, este relatório de estágio apresenta-se focado apenas no *CentralGest*, dado que este foi o mais explorado e utilizado ao longo desta modalidade de conclusão do grau de Mestre.

Aquando do processo de receção e organização de documentos contabilísticos, estes são colocados em sacos que são identificados pelo nome da empresa, mês e ano a que os mesmos pertencem, sendo, posteriormente, colocados nas prateleiras destinadas para tal. De seguida, seguem para o Departamento Contabilístico, ao qual pertenciam. Desta forma, é função das pessoas desta secção ir buscar os documentos ao local já supracitado e começar a tratá-los. Assim, estes são sujeitos um primeiro reconhecimento, procedendo-se à sua análise. É precisamente nesta etapa, antes de iniciar a sua classificação, que ocorre a verificação dos documentos aceites fiscalmente e contabilisticamente. É exemplo o caso das faturas com ou sem o respetivo Número de Identificação Fiscal (NIF, popularmente denominado de número de contribuinte). No primeiro caso, com NIF, estão reunidas as condições para serem aceites tanto pelos órgãos fiscais como contabilísticos. No entanto, na segunda situação hipotética, sem o NIF da empresa da qual se está a executar a contabilidade, os documentos não se encontram aptos para serem admitidos nem contabilisticamente nem fiscalmente e, portanto, não devem ser tidos em conta. Neste sentido, estes últimos documentos descritos, podem sofrer dois procedimentos distintos: (1) arquivam-se num separador relacionado aos documentos a não contabilizar; (2) ou são reenviados ao respetivo cliente.

Seguidamente, dependendo da preferência da pessoa que está especializada na classificação, os documentos contabilísticos podem ser classificados *a priori* e só depois organizados para arquivar ou vice-versa, não existindo nenhuma implicação na ordem pela qual se realiza estas atividades. Portanto, tratando-se do caso em que são primeiramente classificados, utiliza-se o Plano de Contas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o Plano de Contas presente no *CentralGest* da empresa que se pretende começar a classificar como forma de conferência de contas a dispor. É necessário considerar-se regras básicas da contabilidade, tais como: o valor a débito e a crédito devem corresponder entre si com a intenção do saldo final apresentar-se nulo. É também necessário ter em consideração o Código do IVA (CIVA), uma vez que a taxa aplicável pode variar ou até ser isenta, como é descrito pelo artigo 18º do CIVA e artigo 9º do mesmo diploma, respetivamente. Desta forma, a classificação das contas é efetuada utilizando-se uma caneta vermelha e diretamente no próprio documento correspondente, no qual são registadas as contas a ser utilizadas.

Nesta etapa, destaca-se a importância de compreender a consolidação de conhecimentos adquiridos durante o percurso académico, nomeadamente nas Unidades Curriculares de Contabilidade e Fiscalidade, ao utilizar de forma estruturada o Código de Contas e as suas Classes, bem como as informações contidas no Código Fiscal.

Imediatamente após a classificação, os documentos contabilísticos estão prontos para proceder à sua organização. Nesta etapa, estes são organizados por quatro diários: D1 – Diário de Caixa; D2 – Diário de Clientes; D3 – Diário de Fornecedores; D4 – Diário de Operações Diversas. No D1 são colocados todos os documentos que correspondem a numerários. Já no D2 ficam as transações que se encontram na conta de clientes. Quanto ao D3, são incluídas todas as faturas de fornecedores, bem como o processamento de salário dos trabalhadores, ficando este no topo deste diário. Por fim, no D4, são alocados todos os documentos que não se enquadram nos outros diários, e concerne, essencialmente, em pagamentos e recebimentos de fornecedores e clientes.

Quando as tarefas supracitadas se encontram concluídas, estes documentos estão preparados para a fase de lançamento. Esta etapa pode ser realizada pela Assistente Administrativa de Contabilidade ou, ainda, pelo indivíduo que procedeu à sua classificação. No *software CentralGest*, é efetuado o lançamento, na aba específica para lançamentos, onde se deve seleccionar “Novo” e preencher os campos “Diário” e “Tipo de Documento”, seguindo-se a inserção das datas e contas a utilizar. Como se procedeu à classificação *a priori*, esta etapa, *a posteriori*, torna-se mais simplificada, baseando-se essencialmente na cópia das informações presentes nos documentos contabilísticos para o respetivo programa.

Por último, é necessário numerar manualmente o documento lançado com o respetivo número atribuído pelo *CentralGest*. Este processo consiste na transcrição do número de documento e do diário. De modo a exemplificar, veja-se o caso do documento com o número 1001.4, onde 1001 é o número interno atribuído pelo *software* e 4 o diário em que o mesmo se encontra. Este processo permite localizar rapidamente o documento, caso seja necessário consultá-lo novamente. Após este registo, todos os documentos são organizados no diário correspondente e dispostos por ordem decrescente de lançamento, de acordo com o número atribuído pelo programa. Estas etapas são repetidas sucessivamente até que todos os documentos relativos a determinada empresa se encontrem tratados, e posteriormente organizados no dossier da entidade, sendo que cada firma tem a sua própria capa organizada por diários e meses.

Durante todas estas tarefas é importante ressaltar que os Contabilísticas Certificados presentes na entidade devem estar sempre disponíveis para ajudar, esclarecer dúvidas, supervisionar e cooperar em equipa. Isto ocorre, porque eles são responsáveis por si e pelos seus colaboradores, conforme estabelecido pelo artigo 5º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados.

2.2. Práticas de Controlo Interno

2.2.1. Reconciliações Bancárias

Uma das tarefas sob a minha responsabilidade incluía a realização de reconciliações bancárias, que se traduzem na comparação entre o extrato contabilístico e o extrato bancário (Borges et al., 2014).

Na *Linha Recta*, este procedimento é realizado mensalmente no *Microsoft Excel*. Para tal, exporta-se ambos os extratos das plataformas onde se encontram – o contabilístico, no *software* onde é realizada a contabilidade da respetiva empresa; e o bancário, no próprio *site* do banco. Assim, no final de cada mês, o saldo registado na contabilidade deverá coincidir com o saldo apresentado no banco. Contudo, pode não apresentar o mesmo montante, sendo necessário estar atento às transações que ficam pendentes, uma vez que arriscam criar um desfasamento temporal que origina este “inconveniente”. É caso de exemplo a emissão e o pagamento de cheques que apresentem datas dissemelhantes. Nesta circunstância, de discrepância, assinalamos na nossa folha de *Microsoft Excel* para que no próximo mês tenhamos atenção e procuremos o motivo para tal, e proceder à sua correção *a posteriori*.

Note-se que outra situação recorrente passa pelo facto de uma transação do banco poder corresponder a dois ou mais movimentos na contabilidade ou vice-versa e, nestes casos, é necessário contextualizar a transação no histórico da empresa de forma a averiguar tais conjugações de movimentos. Este processo facilita a deteção de possíveis erros de tesouraria oportunamente.

Deste modo, esta é uma das atividades mais exigentes em termos de concentração e resiliência, uma vez que é necessário estar atento para descobrir eventuais lapsos. Portanto,

é fundamental estar ciente destes desafios e dedicar tempo e recursos adequados para garantir a precisão e a integridade deste processo.

2.2.2. Análise e Conferência de Contas e Saldos de Fornecedores e Clientes

No que diz respeito aos Fornecedores e aos Clientes, também se procedeu a uma espécie de “conciliação bancária” entre as informações que a *Linha Recta* detinha no seu *software* e as que a empresa possuía.

No caso dos fornecedores, este processo consistia em extrair o diário de fornecedores do programa de contabilidade e aferir se utilizavam as mesmas contas e se os saldos eram iguais em ambos os documentos. Deste modo, verificou-se recorrentemente que as contas utilizadas pela *Linha Recta* diferiam das do cliente. Por exemplo, utilizando nomes fictícios, “António Almeida” conta 2211006 na *Linha Recta* e 2210109 no cliente. Este tipo de divergência provocava inconvenientes ao efetuar o lançamento das Notas de Pagamento apresentadas, dado que elas não correspondiam à classificação contabilística apropriada, exigindo atenção permanente durante o lançamento. O mesmo se aplicava aos saldos, procedendo à sua conferência, com propósito de identificar eventuais divergências, aferir os motivos para tal situação, e proceder às suas devidas correções.

Relativamente aos Clientes, procede-se de modo análogo, apenas alterando o documento extraído do *software* da *Linha Recta*, deixando de ser o diário de fornecedores para passar a ser o diário de clientes.

2.3. Obrigações Fiscais

2.3.1. Declaração do Modelo 22 do IRC

Em termos fiscais, tive, também, a oportunidade de acompanhar de perto a entrega da Declaração do Modelo 22 do IRC, para as diversas empresas. Este processo permite determinar, com base no lucro ou prejuízo fiscal anual, a quantia de imposto a pagar ou a receber. Logo, é fundamental ter presente, para este procedimento, os artigos estabelecidos no Código do IRC (CIRC) sobre este âmbito. Ressalva-se o disposto na alínea b), nº1, artigo 117º do CIRC, “os sujeitos passivos de IRC (...) são obrigados a apresentar (...) declaração

periódica de rendimentos”, sendo que, de acordo com o artigo 120º, nº 1 do mesmo código, “deve ser enviada, anualmente, por transmissão eletrónica de dados, até ao último dia do mês de maio”. Exclui-se desta obrigação, segundo o nº 6 do artigo 117º do CIRC “as entidades isentas ao abrigo do artigo 9º”, “as entidades que apenas auferiram rendimentos não sujeitos a IRC”, e ainda, pelo nº 8 do mesmo diploma, “as entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português e que neste território apenas auferiram rendimentos isentos ou sujeitos a retenção na fonte a título definitivo”.

Note-se que o preenchimento da declaração em questão é realizado no Portal das Finanças. O Modelo 22 é composto não só pela declaração principal, juntamente com os quadros 01 a 14, mas também pelos Anexos A, B, C, D, E, F e G, e pelo anexo respeitante ao Adicional ao Imposto Municipal sobre os Imóveis (AIMI). Desta forma, para o preenchimento, a informação deriva do *software* de contabilidade, através de balancetes e mapas fiscais. No que respeita aos quadros, do 01 ao 05, é preenchido com informações de identificação e caracterização do sujeito passivo, como o Código de Serviço das Finanças da sede ou estabelecimento estável, o *status* de residência, a classificação como micro, PME ou não, e, ainda, o regime de tributação dos rendimentos correspondentes. Já os quadros 07 a 10 destinam-se a determinar o IRC a liquidar, enquanto os quadros 11 a 14 constituem quadros adicionais à informação presente nos quadros antecedentes, servindo de controlo para a Administração Tributária.

2.3.2. Relatório Único

O Relatório Único apresenta-se como uma obrigação fiscal anual, onde é reportada toda a informação da atividade social da empresa. Sublinha-se que este é sempre referente ao ano anterior, sendo agrupado em sete anexos, a saber:

- (1) Anexo 0: Folha de Rosto, onde consta os dados identificativos da empresa em causa;
- (2) Anexo A: Quadros de Pessoal;
- (3) Anexo B: Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores;
- (4) Anexo C: Relatório Anual da Formação Contínua;
- (5) Anexo D: Relatório Anual de Atividades do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho;

(6) Anexo E: Greves; e

(7) Anexo F: Prestadores de Serviços (preenchimento facultativo).

Deste modo, para a concretização desta etapa, recorre-se ao *software* próprio do Relatório Único, onde, posteriormente, é importada toda a informação que se possui no programa de contabilidade em que a empresa está inserida. Este último é responsável pela realização de um pré-preenchimento automático, conforme a sua base de dados. Consequentemente, após esta fase, deve-se ainda verificar todos os dados de forma a aferir possíveis discordâncias. Finalmente, é feita a sua entrega.

2.3.3. Dossier Fiscal

O Dossier Fiscal constitui parte integrante da documentação da empresa. Este é composto por diversos documentos, nomeadamente, Relatórios, Certificação Legal de Contas, Mapas Fiscais, Balancetes, Amortizações e Obrigações entre outros. Assim, assume a função de arquivo que reúne toda a documentação das obrigações fiscais e contabilísticas da empresa ao longo do ano, desempenhando o papel de comprovativo dessas mesmas obrigações. Por conseguinte, estes documentos devem ser mantidos em arquivo por um período de 10 anos, conforme estabelecido no nº 1 do artigo 130º do CIRC.

2.4. Obrigações Não Fiscais

2.4.1. Processamento de Salários

A etapa de processamento salarial não é executada pelos contabilistas da *Linha Recta*, entidade de acolhimento, mas por outro departamento – Gestão de Recursos Humanos – o qual teve o privilégio de integrar por um curto espaço de tempo. Assim, cabe a este departamento elaborar o mapa mensal dos colaboradores das empresas, que inclui informações sobre os dias de férias, subsídios, horas extraordinárias e faltas. Com base neste documento, é efetuado o processamento no *software* adequado, que incorpora todas as informações e gera os respetivos salários. Posteriormente, é essencial verificar minuciosamente os montantes atribuídos a cada colaborador. Adicionalmente, aquando da

inserção de um novo colaborador, é previamente criada a respetiva ficha onde são registadas as informações pessoais, fiscais, profissionais e contratuais.

2.4.2. Auditoria ao Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

O Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), juntamente com o processamento salarial, é realizado, como supracitado, pelo departamento de Gestão de Recursos Humanos. Neste contexto, é importante esclarecer que, em primeira instância, não foi efetuado nenhum IRS propriamente dito, mas sim a participação numa inspeção fiscal ao IRS. Assim sendo, foi recebida notificação para a justificação de certos parâmetros constantes em três declarações de IRS de um determinado cliente. Por conseguinte, foi possível desempenhar um papel ativo neste processo, uma vez que foi em mim depositada essa responsabilidade. Ao longo desta tarefa, descobri um certo gosto em realizar atividade de auditoria que desconhecia até então.

Contudo, enquanto aguardávamos pelas respostas da Administração Tributária e, visto que nós estávamos dentro do prazo para a entrega do IRS de 2022 (a ser entregue em 2023), efetuei o preenchimento do referido IRS, uma vez que já possuía domínio sobre o mesmo.

2.5. Análise Crítica do Estágio Curricular

Depois de efetuada a contextualização do estágio curricular, o enquadramento da entidade de acolhimento, e descritas todas as tarefas realizadas no decorrer do mesmo, importa realizar uma análise retrospectiva no seu âmbito.

Desta forma, considera-se que realizar um estágio curricular é uma mais-valia para consolidar o conhecimento académico, estabelecendo uma “ponte” entre o que é aprendido teoricamente e a prática, além de se apresentar, muitas vezes, como um primeiro contacto com o mundo de trabalho, possibilitando adquirir competências para lidar com esse mercado altamente competitivo. De facto, estes foram os principais motivos, como já referido anteriormente, que me levaram à escolha desta modalidade de conclusão do grau de Mestre.

No que concerne ao estágio realizado na *Linha Recta*, foram identificados diversos aspetos positivos, nomeadamente o facto da equipa se ter demonstrado recetiva às minhas dúvidas e a responsável pelos Recursos Humanos ter estado disponível para me apoiar. Ademais, para além de enriquecer a minha vertente educacional, o estágio também me auxiliou a desenvolver competências sociais, uma vez que proporcionou a interação com os profissionais e clientes da área (*networking*).

Quanto aos aspetos negativos que possam ter existido, ressalvo o facto do computador disponibilizado pela empresa, instrumento esse fundamental para a execução de todas as tarefas, se apresentar com variadas limitações, sendo: lento, antigo, deter apenas o *Microsoft Excel 2010* (ferramenta basilar na contabilidade), e ficar sem conexão à *internet* constantemente. Consequentemente, muitas tarefas foram realizadas mais lentamente do que o esperado e os documentos produzidos no *Microsoft Excel 2010* alteravam-se nos computadores da restante equipa, uma vez que só o computador que me disponibilizaram é que detinha essa versão desatualizada. Destaca-se que, após algum tempo, constatou-se a inoperacionalidade do referido computador, levando à utilização de diferentes computadores, conforme a disponibilidade das colegas de equipa e, na ausência destas, recorrendo-se ao portátil da empresa. Outro ponto a salientar, lamentavelmente, foi que a empresa não estava pronta para receber um estagiário. Verificou-se que, inicialmente, a minha orientadora profissional se apresentava demasiado ocupada para me auxiliar na integração. Além do mais, o Sócio-Gerente da empresa tentou implementar uma técnica chamada de “Terapia de Choque”, que consistia em atribuir-me tarefas que nunca tinha realizado e sozinha, sem qualquer tipo de apoio ou ajuda. Esta técnica pode até produzir resultados, mas também acarreta desvantagens significativas, como a incapacidade de lidar com essa pressão. Assim, destaca-se que não estavam garantidas as condições para acolher um estagiário, quer por parte da equipa, quer por parte da própria empresa.

Note-se que estes aspetos servem apenas como um alerta para a empresa, a fim de melhorar estas questões caso venha a receber estagiários no futuro. Portanto, é válido lembrar que, embora os estagiários não recebam qualquer remuneração financeira, é necessário que a empresa ofereça a devida formação, apoio, transmissão de conhecimentos, tempo e dedicação. Muitas vezes, as empresas não compreendem o que é um estágio e acabam por não proporcionar as condições adequadas para o desenvolvimento profissional do estagiário.

Pela perspectiva da empresa, pensa-se que este estágio foi positivo, uma vez que contribuiu para mão-de-obra adicional e reconhecendo que ao longo deste muitas das tarefas foram realizadas de forma autónoma, demonstrando a autonomia e responsabilidade em mim depositadas.

De modo geral, pode-se concluir que este estágio foi uma experiência enriquecedora, permitindo-me desenvolver as mais diversas competências, como o trabalho em equipa, a comunicação, a resolução de problemas, a liderança e a gestão de tempo, bem como perceber que a profissão de Contabilista é altamente exigente e requer um grande controlo de *stress*, consequência do cumprimento de prazos e obrigatoriedade de normas e leis.

Parte II: Enquadramento Teórico e Revisão de Literatura

Parte II: Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura

Esta parte incidirá sobre a temática da LF no âmbito das PME's. Deste modo, será apresentada uma revisão de literatura sobre os estudos já realizados acerca deste tema, onde terá grande foco a caracterização de conceitos de forma a permitir contextualizar e a dar os instrumentos basilares ao leitor.

Esta parte tem como objetivo apresentar a revisão de literatura, expondo noções e termos relevantes que sustentam este estudo, bem como a análise e interpretação de estudos já realizados nesta área. Neste sentido, em primeiro lugar, serão apresentados os dois conceitos fundamentais deste estudo, sendo a secção 3.1. dedicada à definição de Literacia Financeira (LF) e à sua evolução ao longo do tempo, enquanto a secção 3.2. à conceptualização das Pequenas e Médias Empresas (PME's). Em seguida, na secção 3.3., será discutida a importância da LF para os decisores financeiros de PME's. Após essa contextualização e em consonância com o objetivo deste estudo (que consiste em verificar o nível de LF dos decisores financeiros dos clientes PME's da entidade de acolhimento), serão debatidas, na secção 3.4., diferentes abordagens para medir a LF dos decisores financeiros das PME's. Por fim, esta parte será concluída com uma exploração do nível de LF das PME's em Portugal (secção 3.5.).

A escolha deste tema para desenvolvimento neste relatório de estágio assenta na relevância que as PME's detêm no tecido empresarial mundial, uma vez que são elas as grandes motivadoras e impulsionadoras da evolução económica. Contudo, apresentam diversas lacunas no que respeita à matéria da LF pondo em causa/risco este tipo de empresas (Arribas & Vila, 2007; Calvino et al., 2015; Comissão Europeia, 2006; Graña-Alvarez et al., 2022).

3.1. Literacia Financeira

Indo ao ínfimo pormenor, Literacia não é nada mais do que a habilidade que um ser humano tem de ler e escrever, permitindo-lhe participar ativamente na sociedade (Infopédia, 2023). No entanto, quando combinamos o conceito de Literacia com a dimensão financeira, formando a chamada Literacia Financeira (LF), a sua definição conceitual torna-se mais

complexa, uma vez que existe discordância relativamente ao seu significado (Graña-Alvarez et al., 2022).

Verifica-se que, na literatura, a LF está comumente vinculada às questões de finanças pessoais (Graña-Alvarez et al., 2022) e nasce ligada à capacidade que o indivíduo apresenta em gerir dinheiro (Remund, 2010). Neste sentido, Mason & Wilson (2000) consideram-na como sendo constituída pela aquisição, perceção e avaliação de informações relevantes para a tomada de decisões financeiras conscientes. De igual modo, Orton (2007) identifica-a como a capacidade que o ser humano tem de compreender, analisar e comunicar informações financeiras. O autor relaciona, a habilidade de tomar decisões financeiras bem fundamentadas, discutir sobre assuntos financeiros, delinear o futuro e responder aos vários desafios de acordo com o ciclo da vida que afeta a dimensão financeira do indivíduo.

Observe-se que Remund (2010), no seu estudo, junta todas as definições oferecidas até então pelas investigações científicas realizadas, culminando numa única definição, descrita como:

uma medida do nível de compreensão dos principais conceitos financeiros e da capacidade e confiança em gerir as suas finanças pessoais, tomar decisões sólidas de curto prazo, fazer um planeamento financeiro de longo prazo, estando consciente dos acontecimentos do dia-a-dia, bem como das mudanças das condições económicas¹⁶ Remund (2010: 284).

Importa salientar que este autor dividiu, então, a LF em cinco grupos principais: (1) o conhecimento de conceitos financeiros, na medida em que é fundamental deter noções sobre finanças; (2) a aptidão para saber comunicar eficazmente esses mesmos conceitos financeiros; (3) a capacidade de gerir as finanças pessoais, envolvendo sobretudo tarefas relacionadas com a forma de administração do dinheiro pessoal; (4) a competência para tomar decisões financeiras adequadas, sendo este um instrumento de medida para avaliar a LF; e (5) o planeamento apropriado para responder a necessidades financeiras futuras, uma vez que o indivíduo deve tomar decisões ajustadas para garantir, quer no curto prazo quer no longo prazo, a realização dos seus objetivos (Remund, 2010).

¹⁶ Tradução livre da autora. Original: “*a measure of the degree to which one understands key financial concepts and possesses the ability and confidence to manage personal finances through appropriate, short-term decision-making and sound, long-range financial planning, while mindful of life events and changing economic conditions*” (Remund, 2010: 284).

No mesmo contexto, a OCDE estabeleceu uma definição para este conceito, o qual é descrito como sendo um conjunto de conhecimentos e compreensão de noções e riscos financeiros, aliados às habilidades, motivação e confiança para aplicar esse saber com o objetivo de tomar decisões financeiras bem informadas. Essas mesmas capacidades são fundamentais para melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, além de permitir a participação ativa na vida econômica. Esta definição é fundamentada com base em três pilares indispensáveis, a saber: Conhecimentos Financeiros; Comportamentos Financeiros; e Atitudes Financeiras. Deste modo, a OCDE reconhece que a LF é uma competência crítica para todos os elementos que compõem uma comunidade (Atkinson & Messy, 2012).

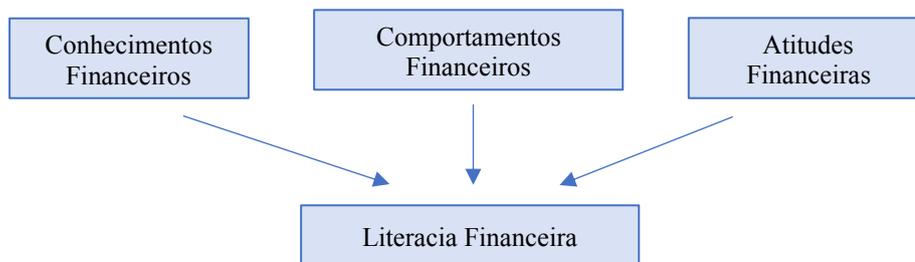


Figura 3 - Elementos que constituem a LF segundo Atkinson & Messy (2012)

Contudo, no que concerne à LF em ambiente empresarial, a existência de uma definição clara e concisa continua a não existir, o que se traduz num obstáculo aos estudos sobre a LF das PME's (Graña-Alvarez et al., 2022).

Note-se que, entre os diversos autores que se debruçaram sobre a LF dos decisores financeiros das PME's (Graña-Alvarez et al., 2022), destaca-se a obra de Dahmen & Rodríguez (2014), que restringem a sua definição apenas às habilidades que os gestores demonstram para ler e interpretar rácios financeiros derivados das demonstrações financeiras. Em contraste, Huston (2010) desenvolve uma definição mais abrangente e amplamente utilizada na literatura científica, a qual, embora aplicada a indivíduos, pode ser replicada em ambiente de PME (Graña-Alvarez et al., 2022). Para este autor, a LF consiste em duas dimensões principais – (1) Conhecimento Teórico; e (2) Conhecimento Prático. A primeira dimensão diz respeito ao conhecimento trivial de conceitos e termos financeiros,

enquanto a segunda dimensão se refere à aplicação prática desse conhecimento em situações reais. Deste modo, este investigador levanta a questão da distinção entre LF e a Educação Financeira, termos esses que eram utilizados de forma indiscriminada até então (Graña-Alvarez et al., 2022). Por conseguinte, a Educação Financeira diz respeito apenas à primeira dimensão de Huston (2010), ou seja, ao conhecimento teórico, enquanto a LF se concentra na aplicabilidade desse conhecimento. Portanto, verifica-se que a LF está relacionada com a segunda dimensão de Huston (2010). No entanto, quando se aplica o conceito de LF de Huston (2010) às PME's, é necessário considerar que o conhecimento financeiro abrange não apenas conceitos básicos, mas também conceitos específicos de gestão empresarial. Importa salientar que o propósito subjacente da LF das PME's não consiste em mensurar simplesmente o conhecimento do gestor acerca de tópicos financeiros elementares, tais como as taxas de juros, mas em aferir se o mesmo possui um conjunto de competências específicas que o habilitem a gerir uma empresa com eficácia, incluindo a capacidade de aplicar de forma efetiva esse conhecimento na tomada de decisões empresariais (Graña-Alvarez et al., 2022).

Constata-se que a OCDE, em 2018, adotou igualmente uma definição relativa à LF dos decisores financeiros de PME's. Nesse sentido, esta entidade incorpora os mesmos três pilares da LF pessoal já supracitados – Conhecimentos, Comportamentos e Atitudes Financeiras. Assim, de acordo com a esta organização, a LF consiste na:

combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamento que um potencial empreendedor, proprietário ou gestor de uma micro, pequena ou média empresa deve ter para tomar decisões financeiras eficazes para iniciar um negócio, gerir um negócio e em última análise, garantir sua sustentabilidade e crescimento¹⁷ OECD (2018: 7).

Deste modo, no que concerne aos Conhecimentos Financeiros, espera-se que um indivíduo que seja detentor de LF possua conhecimento em matérias financeiras levando-o à tomada de decisões informadas (Atkinson & Messy, 2012; Remund, 2010). Assim, de forma a aferir o nível deste pilar, o conhecimento financeiro, avaliam-se áreas pertinentes,

¹⁷ Tradução livre da autora. Original: *"the combination of awareness, knowledge, skills, attitudes and behaviour that a potential entrepreneur or an owner or manager of a micro, small or medium sized enterprise should have in order to make effective financial decisions to start a business, run a business, and ultimately ensure its sustainability and growth"* (OECD, 2018: 7).

tais como: significado de capital próprio, risco, retorno, demonstrações financeiras, e juros simples e compostos (OECD, 2020).

No segundo pilar, Comportamentos Financeiros, incluem-se as habilidades práticas necessárias para gerir finanças. Deste modo, uma pessoa detentora de comportamento financeiro é capaz de aplicar o conhecimento financeiro adquirido (primeiro pilar) em situações reais. Para medir o nível deste parâmetro, são tidos em conta comportamentos passados/experiências dos decisores financeiros (OECD, 2020).

Por último, as Atitudes Financeiras, referem-se à forma como as pessoas julgam a sua relação com as temáticas financeiras. Desta forma, este pilar é medido através da contabilização das atitudes relativamente aos comportamentos financeiros, o segundo pilar (OECD, 2020).

Assim sendo, e uma vez que não existe um consenso na semântica de LF (Graña-Alvarez et al., 2022), como anteriormente abordado, neste estudo prioriza-se a definição apresentada pela OECD (2018). A escolha desta conceitualização, em detrimento de outras de autores diferentes, recai sobre o facto da análise sistemática ser conduzida em empresas pertencentes a esta organização e com base num inquérito derivado da mesma.

3.2. Pequenas e Médias Empresas

Note-se que, atualmente, não existe uma definição globalmente aceite no que diz respeito ao que constituem Pequenas e Médias Empresas (PME), isto é, não existe uma coerência/concordância entre os diversos países relativamente ao significado deste termo. É exemplo a divergência existente entre os Estados Unidos da América e a União Europeia no que toca ao número de trabalhadores, no primeiro este limite abrange até 500 colaboradores, já no segundo este limiar reduz-se para metade, permanecendo na casa dos 250 operários (Graña-Alvarez et al., 2022). Esta evidência limita a execução de análises comparativas entre diferentes pontos geográficos. Portanto, é de ficar vinculado que este estudo se limita à definição de PME Portuguesa, que segue a orientação da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta escolha recai sobre o facto de se estudar as PME's em Portugal, e, assim sendo, não faria sentido uma definição que não respeitasse a localização do estudo, colocando em causa e enviesando este estudo.

Segundo o INE, PME engloba as micro, as pequenas e as médias empresas. Desta forma, considera-se média empresa aquela que possui menos de 250 trabalhadores e cumpre um dos seguintes critérios: o volume de negócios anual não excede os 50 milhões de euros ou o balanço total anual não ultrapassa a casa dos 43 milhões de euros. Define-se a pequena empresa quando o limite de profissionais baixa para os 50 indivíduos e o volume de negócios anual ou o balanço total anual não ultrapassa os 10 milhões de euros. Por fim, nas microempresas, verifica-se que o número máximo de funcionário não excede as 10 pessoas e o volume de negócios anual ou balanço total anual passa para um limite de 2 milhões de euros (*Portal do INE, 2023*). Resume-se esta informação na tabela abaixo:

Tabela 3 - Classificação de Empresas dentro das PME's

Classificação da Entidade	Nº de Trabalhadores máximos	Volume de Negócio Anual máximo	Balanço Total Anual máximo
Média Empresa	250	50 milhões de euros	43 milhões de euros
Pequena Empresa	50	10 milhões de euros	10 milhões de euros
Microempresa	10	2 milhões de euros	2 milhões de euros

Fonte: Portal do INE, 2023.

3.3. Importância de Literacia Financeira para as Pequenas e Médias Empresas

A LF consiste numa chave essencial para o sucesso de uma empresa (Graña-Alvarez et al., 2022) devendo-se ter em conta que, apesar da LF das PME's se aplicar ao ramo empresarial, está vinculada à LF pessoal, são caso de exemplo os estudos de Agyapong & Attram (2019) que revelam a existência de uma relação positiva entre estes dois campos de LF. Para estes ficou realçado que uma baixa LF pessoal reflete uma má gestão empresarial.

Neste contexto, e indo de encontro com os três pilares referenciados pela OECD (2018), *vide texto supra*, na área do Conhecimento Financeiro é fundamental que um decisor financeiro possua saber sobre as temáticas financeiras (Remund, 2010). Desta forma, uma maior Educação Financeira reflete-se numa melhor LF (Graña-Alvarez et al., 2022). De facto, Nitani et al. (2020) provam que decisores financeiros com maiores níveis de educação (ensino superior) detêm melhor LF. Portanto é essencial, em contexto PME, que o decisor financeiro seja dotado de capacidades de leitura e interpretação de conceitos relativos a

informações financeiras empresariais, como a Demonstração de Resultados, Balanço e a Demonstração Financeira (Dahmen & Rodríguez, 2014). Observe-se que, ao contrário do que ocorre em grandes empresas, as PME's não dispõem de departamentos especializados, obrigando o decisor financeiro a ser dotado de um leque mais alargado de valências (Campo & Barnes, 2017; Dahmen & Rodríguez, 2014).

O segundo pilar, Comportamentos Financeiros, refere-se às modificações na utilização de práticas financeiras sob influência do conhecimento e atitudes (Sayinzoga et al., 2016). Deste modo, académicos concordam que mais LF leva a que o decisor financeiro utilize em maior proporção sistemas de contabilidade e controlo de gestão (Graña-Alvarez et al., 2022). Note-se, também, que os decisores financeiros com mais LF apresentam menos predisposição à utilização de fontes de financiamento informais, como recursos familiares, refletindo-se numa menor inclinação a este tipo de financiamento (Ekanem, 2013). De igual modo, evitam fontes de financiamento de curto prazo e de elevado custo (Nitani et al., 2020). Além do mais, decisores financeiros que apresentem níveis mais elevados de LF optam por escolhas mais conscientes, o que lhes permite obter e manter mais recursos financeiros na entidade e, assim, investir em novas áreas (Sayinzoga et al., 2016). Para Abebe et al. (2018) a iliteracia financeira pode originar a falta de conhecimento sobre operações bancárias e, consequentemente, a inibição de comportamentos de poupança na PME. Portanto, verifica-se uma tendência negativa de forma a evitar a utilização de produtos financeiros, como contas poupança ou investimentos, devido à falta de conhecimento sobre os mesmos (Abebe et al., 2018). Deste modo, sintetiza-se a informação anterior na tabela 4:

Tabela 4 - Evidências Científicas relacionadas com o Comportamento Financeiro nas PME's

Evidência Científica:	Autor(es):
- LF => - Utilização de Sistemas de Contabilidade e Controlo de Gestão.	Graña-Alvarez et al. (2022).
- LF => + Predisposição para o uso de fontes de financiamento informais, de curto prazo e de elevado custo.	Ekanem (2013); e Nitani et al. (2020).
- LF => - Recursos Financeiros, e, consequentemente menos investimentos em novas áreas.	Sayinzoga et al. (2016).
- LF => - Comportamentos de Poupanças.	Abebe et al. (2018).

Por fim, no último pilar, Atitudes Financeiras, retrata-se a percepção positiva ou negativa em relação às decisões financeiras (Comportamento Financeiro) (Ajzen, 1991). Deste modo, Ekanem (2013) relaciona, na sua investigação, a falta de LF com a falência de PME's, concluindo que os gestores que apresentam níveis reduzidos de LF ignoram os acontecimentos que advertem a insolvência e, portanto, não utilizam qualquer prática de gestão contra estes. Já Citradika et al. (2019) constataram, embora a sua investigação seja aplicada a economias em desenvolvimento, que as transações não monetárias são consideradas atividades de risco entre as PME's; no entanto, com o aumento de LF, os benefícios decorrentes desse tipo de transações começam a ser aceites. Basha et al. (2023) identificaram uma correlação negativa entre a LF e o uso de dívida por parte das PME's. Esta descoberta confirma os resultados apresentados anteriormente por Koropp et al. (2013), uma vez que este identificou que as PME's com menor LF tendem a ter menos propensão ao uso de fontes externas de financiamento, como é o caso da dívida. Em relação à gestão de risco financeiro, decisores financeiros com mais LF são mais conscientes na tomada de decisões (Riepe et al., 2022). Desta forma, esta informação é resumida na tabela 5 que se segue:

Tabela 5 - Evidências Científicas relacionadas com a Atitude Financeira nas PME's

Evidência Científica:	Autor(es):
- LF => + Falência de PME'S. (Decisores financeiros ignoram práticas contra a insolvência).	Ekanem (2013).
- LF => + Aversão a transações não monetárias.	Citradika et al. (2019).
- LF => - Utilização de fontes financeiras externas.	Basha et al. (2023); e Koropp et al. (2013).
- LF => - Gestão de Risco Financeiro consciente.	Riepe et al. (2022).

Note-se que, no que diz respeito à associação entre a LF e o desempenho das PME, os académicos corroboram a correlação positiva entre a LF e o crescimento das PME's (Graña-Alvarez et al., 2022). Segundo Mabula & Ping (2018) a ausência total ou parcial de LF constitui um entrave ao crescimento deste tipo de empresas.

Por fim, em contexto de eventos exógenos adversos, como, por exemplo, a pandemia Covid-19, verifica-se que os decisores financeiros de PME's que detêm maiores níveis de

LF são os que conseguem mais rapidamente lidar com as adversidades provenientes dessas ocorrências (PNFF, 2022).

3.4. Medir a Literacia Financeira das Pequenas e Médias Empresas

No que concerne à medição de LF das PME's é necessário salientar que não existe uma definição padronizada nem de PME nem de LF, como já supramencionado, o que representa um grande entrave à investigação nesta área (Graña-Alvarez et al., 2022). De facto, esta lacuna dificulta a realização de estudos comparativos (Huston, 2010). Assim, autores como Remund (2010) e Graña-Alvarez et al. (2022) colocam em causa todas as pesquisas executadas até então nesta área, devido à falta de bases sólidas no que diz respeito às suas definições, inviabilizando as conclusões derivadas dessas mesmas investigações. Efetivamente, de acordo com Graña-Alvarez et al. (2022: 29) “a falta de coerência na utilização deste termo limita a possibilidade de realizar adequadamente análises comparativas ou avaliar os efeitos da LF nas PME's”¹⁸. Consequentemente a ausência de uma uniformidade na semântica dos conceitos reflete-se na existência de variados índices de medição da LF das PME's, já que cada país estabelece os seus próprios métodos, dificultando estudos científicos (Huston, 2010; Remund, 2010). É, portanto, urgente a criação de alicerces sólidos para conseguir medir a LF das PME's (Huston, 2010).

Deste modo, a OCDE, em 2002, reconhece a importância da LF e, em 2018, funda a OCDE/INFE (*International Network on Financial Education/Rede Internacional de Educação Financeira*) com o objetivo de partilhar informações, recolher dados, desenvolver práticas, auxiliar investigações científicas e projetar medidas na área da LF (Lewis & Messy, 2012). Paralelamente, em Portugal verifica-se a fundação do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) em 2011, constituído pelo Banco de Portugal, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Contudo, importa reforçar que esta nova organização em Portugal, o PNFF, segue as diretrizes e informações da OCDE/INFE, trabalhando estas duas instituições em cooperação. Neste sentido, numa primeira fase, o PNFF só realizava o Referencial de Educação Financeira Pessoal. Apenas em 2016, são incluídas as PME's nos objetivos do

¹⁸ Tradução livre da autora. Original : “*Not having consistency in the use of this term limits the possibility of properly conducting comparative analyses or evaluating the effects of FL in SMEs.*” (Graña-Alvarez et al., 2022: 29)

PNFF, com a parceria do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e o Turismo de Portugal. Deste modo, verifica-se que esta instituição acredita que a formação/conhecimento financeiro é uma ferramenta essencial para todos os agentes que compõem uma sociedade (PNFF, 2021). Observe-se que no novo Referencial do PNFF para o quadriénio 2021-2025 está presente uma linha de ação exclusivamente direcionada para as PME's, a saber:

Linha de ação 5: Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas: (1) integrar os temas da sustentabilidade e dos novos produtos financeiros, como os comercializados através dos canais digitais, crowdfunding e os criptoativos, nos cursos de formação dirigidos aos empreendedores e gestores de micro, pequenas e médias empresas, dinamizados no âmbito da parceria entre o IAPMEI, o Turismo de Portugal e os supervisores financeiros; (2) ajustar os conteúdos formativos e a estratégia de atuação do Plano junto do público empresarial, em função das conclusões do 1.º inquérito à literacia financeira dos gestores de micro, pequenas e médias empresas, realizado em 2021 PNFF (2021: 26).

Portanto, em 2015, a OCDE/INFE inicia os seus estudos para aferir um modelo de medição da LF dos decisores financeiros, tendo optado pela utilização de inquéritos. O questionário elaborado teve como base os três pilares da LF pessoal, citados anteriormente (volta-se a reforçar) – Conhecimentos Financeiros; Comportamentos Financeiros e Atitudes Financeiras – com os devidos ajustes ao setor empresarial (PNFF, 2016). Por conseguinte, foi elaborada uma tabela de pontuações e por cada resposta correta era atribuída uma determinada pontuação (OECD, 2020). Esta metodologia, o inquérito, mostrou-se viável nos estudos desta área (OECD, 2020). É então, finalmente, reconhecida internacionalmente a importância da realização de questionários como forma de determinar, acompanhar e definir estratégias para atuar sobre a LF dos decisores financeiros das PME's (PNFF, 2016). Logo, é com base nestes critérios que este estudo decorrerá, tendo, por esta razão, sido optado por um inquérito já elaborado e testado. Reforça-se este tópico na *Parte III: Amostra e Metodologia*.

3.5. Nível de Literacia Financeira das Pequenas e Médias Empresas em Portugal

As PME's representam o núcleo do tecido empresarial português. Assim, revelou-se oportuno a realização de um inquérito que medisse a LF das PME's em Portugal. Neste sentido, o Ministério da Economia e do Mar cooperou junto com o Conselho Nacional de

Supervisores Financeiros (CNSF) no estudo da LF dos decisores financeiros apenas de micro e pequenas empresas, que resultou no *Relatório do 1.º Inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e Desafios da Covid-19 em Portugal 2021*¹⁹. Para além deste estudo avaliar a LF, foram tidos em conta outros aspetos considerados pertinentes para análise, como o impacto da pandemia Covid-19, as políticas de apoio público e os avanços tecnológicos. Este inquérito emprega a definição de LF com base nos três pilares da OCDE (2020) – Conhecimentos Financeiros; Comportamentos Financeiros e Atitudes Financeiras. Tal abordagem confere a esta pesquisa uma estrutura padronizada entre os países membros da OCDE/INFE, permitindo a realização de análises comparativas internacionais. Desta forma, este estudo resultou no primeiro inquérito de comparação internacional de LF. Este estudo integrou catorze países, dos quais nove²⁰ referentes ao Grupo dos Vinte (G20)²¹, contando ainda com cinco²² países não pertencentes ao G20, onde se inclui Portugal (PNFF, 2022).

Importa referir que este inquérito foi realizado junto dos inquiridos de forma *online* entre julho e agosto de 2021, conseguindo alcançar uma amostra de 1 541 empresas. Nestas, 73,6% representavam os decisores financeiros do sexo masculino e 70,9% empresários com mais de dez anos de carreira no ramo. No que concerne ao nível de escolaridade, verificou-se que cerca de 61% apresentavam ensino superior. Contudo, é necessário ressaltar que indivíduos com mais escolaridade se apresentam mais propensos, possuem mais habilidades, maior destreza e predisposição para responder ao formato deste inquérito, *online*. Consequentemente é reforçado pelo PNFF que este facto deve ser considerado na análise dos dados portugueses, uma vez que possam ter sido favoráveis devido a este antecedente (PNFF, 2022).

Os resultados do estudo permitiram concluir, de forma geral, que os empresários com maiores níveis de LF, para além de tomarem decisões financeiras mais conscientes, conseguem mitigar o impacto decorrente de crises. Uma outra evidência destacada referente

¹⁹ Pode ser obtido no seguinte link:

<https://www.cmyvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Documents/Relat%C3%B3rio%20Literacia%20Financiera%20PME.pdf>. Contudo, consiste num documento direcionada para o público Português, retirado do original: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/Navigating-the-storm-MSMEs-financial-and-digital-competencies-in-COVID-19-times.pdf>.

²⁰ Brasil, China, França, Alemanha, Itália, México, Rússia, Arábia Saudita e Turquia (PNFF, 2022).

²¹ Grupo dos Vinte (G20) é um fórum de cooperação económica internacional constituído pelos representantes do maior produto interno bruto (PIB) mundial (G20, 2023).

²² Geórgia, Países Baixos, Peru, Portugal e Espanha (PNFF, 2022).

às características do perfil do decisor financeiro, é o facto de o grau de LF não variar de forma significativa com o género, mas sim com outras variáveis, especialmente, as habilitações literárias (PNFF, 2022). Deste modo é possível resumir as conclusões derivadas deste estudo em seis pontos, nomeadamente:

- (1) Produtos financeiros: a generalidade das micro e pequenas empresas tem uma conta bancária própria e cerca de metade tem seguro de responsabilidade civil ou cartões de crédito (PNFF, 2022: 12);
- (2) Gestão e planeamento das finanças da empresa: a maioria dos empresários recorre a ajuda de entidades externas para a tomada de decisões financeiras, sobretudo sobre contabilidade e impostos (PNFF, 2022: 12);
- (3) Impacto da crise de covid-19 na empresa e no recurso a políticas de apoio ao Estado: a pandemia de covid-19 teve impacto global negativo sobre cerca de metade das empresas inquiridas, tendo quase dois terços recorrido a medidas de apoio público (PNFF, 2022: 13);
- (4) Indicadores de literacia financeira: existem disparidades significativas na literacia financeira em função da idade e habilitações literárias dos empresários e do número de trabalhadores e volume de negócios da empresa (PNFF, 2022: 14);
- (5) Indicador de digitalização: o indicador de digitalização aumenta com as habilitações literárias dos empresários e com a dimensão da empresa (PNFF, 2022: 15);
- (6) Literacia financeira, digitalização e medidas de apoio público no âmbito da covid-19: os empresários com maior nível de literacia financeira foram, de modo geral, menos impactados pelos efeitos negativos da crise de covid-19 (PNFF, 2022: 15).

Neste estudo foi possível verificar que Portugal se encontra acima da média no indicador global de LF em todas as três componentes, sendo elas: o Conhecimento Financeiro, o Comportamento Financeiro e a Atitude Financeira. Embora seja necessário mencionar, como já destacado, que o facto dos inquiridos deterem ensino superior possa ter influenciado positivamente Portugal em comparação com os restantes países, ficando à frente de países como Itália, Alemanha e França (PNFF, 2022). Segue abaixo o gráfico 1 de comparação internacional respeitante ao indicador geral de LF:

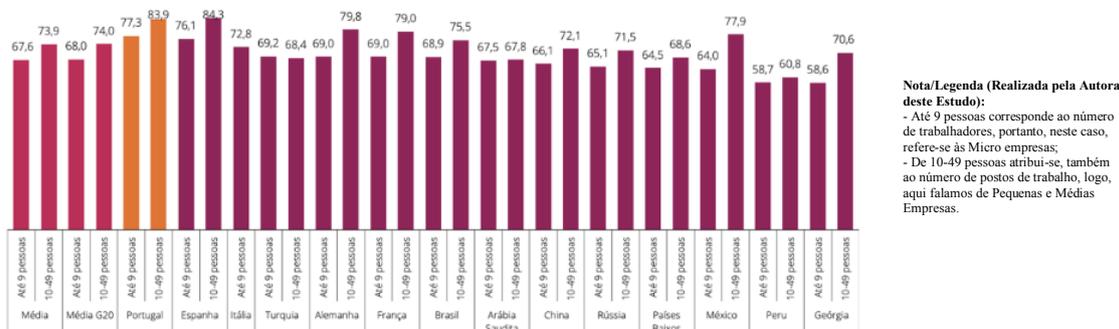


Gráfico 1 - Comparação Internacional do Indicador Global de Literacia Financeira da OCDE/INFE

Fonte: PNFF 2022: 69

Sendo este estudo o mais recente em Portugal e elaborada com a parceira da OCDE/INFE, priorizou-se apenas a análise dos resultados decorrentes desta, colocando estudos anteriores e outras conclusões que possam existir, derivados de medições já realizadas, de parte. Desta forma, no estudo corrente, será aplicado o mesmo questionário supracitado, uma vez que as questões executadas já se encontram testadas, levando a uma viabilização do estudo e, ainda, possibilitar a elaboração, *a posteriori*, de uma análise comparativa de dados.

Parte III: Amostra e Metodologia

Parte III: Amostra e Metodologia

Na presente parte, será abordada a metodologia utilizada neste estudo, com o intuito de avaliar o nível de LF dos clientes da entidade de acolhimento onde foi realizado o estágio curricular (*Linha Recta*). Assim, recorreu-se a uma metodologia fundamentada e adequada às exigências e aos propósitos deste estudo, nomeadamente, o inquérito. Este consiste numa metodologia de recolha de dados com o intuito de obter conhecimento sobre uma determinada temática. Não obstante, aplicar-se-á a mesma metodologia de análise e cálculo do nível de LF dos decisores financeiros que a OCDE utilizou no seu inquérito supracitado na revisão de literatura. Note-se que será utilizado o MMQ, uma vez que a escolha deste questionário e a utilização de definições provindas da OCDE são justificadas pela pertinência em relação às empresas em análise, que pertencem a esta organização. Optar por outras conceitualizações poderia inviabilizar este estudo. O MMQ consiste na maximização da semelhança entre ajuste decorrente do modelo e aquilo que é observado.

Neste sentido, na secção 4.1., serão abordados o objetivo principal e a questão de estudo. Em seguida, na secção 4.2., serão fornecidas explicações sobre as variáveis seleccionadas para este estudo. Posteriormente, na secção 4.3., serão discutidos tanto a base de dados alcançada quanto o processo de seleção da amostra. Em sequência, na secção 4.4., será realizada uma caracterização abrangente da amostra obtida, dos perfis dos inquiridos e das suas respectivas empresas. Por fim, serão apresentadas a análise e o modelo seleccionado com o intuito de alcançar os resultados desejados e atingir o objetivo proposto por este estudo.

4.1. Objetivo e Questão de Estudo

Dado que no estágio curricular realizado existia um grande contacto com clientes de PME's, os quais representam os únicos clientes da entidade de acolhimento, conforme mencionado anteriormente, e, sendo este grupo o motor da economia (Arribas & Vila, 2007; Comissão Europeia, 2006), considera-se pertinente investigar o nível de LF dos decisores financeiros dessas organizações.

Conforme mencionado na revisão de literatura, em 2020, a OCDE conduziu um inquérito para aferir o nível de LF das PME's de diversos países, incluindo Portugal. Assim, o que diferencia este relatório dos demais estudos reside no facto de ser pioneiro na análise de LF dos clientes de uma empresa que presta serviços de contabilidade. Acresce que, ao contrário de estudos anteriores, este estudo tem como foco exclusivo empresas sediadas em Portugal. De igual forma, este relatório de estágio pretende contribuir para a literatura já existente, oferecendo uma vertente prática adicional.

Portanto, o objetivo do presente estudo consiste em analisar o nível de LF dos decisores financeiros das PME's que são clientes da entidade de acolhimento. Paralelamente, pretende-se realizar uma análise comparativa entre os resultados decorrentes deste estudo e os apresentados pela OCDE, com aplicação do mesmo inquérito.

Neste sentido, a questão de estudo é constituída da seguinte forma:

“Qual o nível de LF dos Decisores Financeiros das PME's clientes da Linha Recta?”

4.2. Variáveis

As variáveis utilizadas neste estudo dividem-se em dois grupos distintos, a saber: a dependente e as independentes. No primeiro grupo, inclui-se o Indicador Global de LF (*IGLF*), enquanto no segundo se encontram as variáveis independentes, nomeadamente, o (I) Indicador de Conhecimentos Financeiros (*ICNF*), o (II) Indicador de Comportamentos Financeiros (*ICPF*) e o (III) Indicador de Atitudes Financeiras (*IAF*). Para uma melhor compreensão, apresenta-se, de seguida, uma tabela descritiva das variáveis.

Tabela 6 - Análise Descritiva das Variáveis

<i>Sigla</i>	<i>Nome</i>	<i>Tipo de Variável</i>
<i>IGLF</i>	Indicador Global de Literacia Financeira	Variável Dependente
<i>ICNF</i>	Indicador de Conhecimentos Financeiros	Variável Independente
<i>ICPF</i>	Indicador de Comportamentos Financeiros	Variável Independente
<i>IAF</i>	Indicador de Atitudes Financeiras	Variável Independente

4.2.1. Variáveis Independentes e Variável Dependente

Como já abordado na revisão de literatura, o nível de LF dos decisores financeiros de PME's é auferido, segundo a OECD (2018), pela junção dos três pilares – Conhecimento Financeiros, Comportamentos Financeiros e Atitudes Financeiras. Assim, é necessário utilizar indicadores intermédios que são, respetivamente, (I) o Indicador de Conhecimentos Financeiros (*ICNF*), (II) o Indicador de Comportamentos Financeiros (*ICPF*), e (III) o Indicador de Atitudes Financeiras (*IAF*). Só desta forma se pode chegar ao Indicador Global de LF (*IGLF*) que é, então, o que nos indica o grau de LF do decisor. Desta forma, neste estudo utilizaremos a mesma metodologia de pontuação elaborada pela OCDE, a ser explicada de seguida.

Inicialmente, o **(I) Indicador de Conhecimentos Financeiros (*ICNF*)** tem como finalidade avaliar se o inquirido possui conhecimentos na área financeira, como o próprio nome sugere. Deste modo, esta categoria é composta por cinco questões que são apresentadas no questionário e que exigem resposta de verdadeiro e falso. Para o cálculo deste indicador utiliza-se um sistema de binário²³ de 0 e 1, onde 0 é a resposta errónea e 1 a resposta correta, sendo que, no máximo, é atribuído um total de cinco pontos ao decisor financeiro (PNFF, 2022).

Seguidamente, o **(II) Indicador de Comportamentos Financeiros (*ICPF*)** analisa a adequação dos comportamentos dos decisores financeiros na gestão e planeamento financeiro da organização. Este indicador é calculado de acordo com nove respostas (cinco de escolha múltipla e as restantes quatro na escala de *Likert*²⁴, onde 1 corresponde ao “*Discordo Totalmente*” e 4 “*Concordo Totalmente*”) obtidas através do questionário. É importante salientar que tanto as questões de escolha múltipla quanto aquelas que são apresentadas na escala de *Likert* seguem o sistema binário, conforme indicado pela OCDE. Na escala *Likert*, existe um conjunto de respostas consideradas corretas, às quais se atribui 1 ponto, e um conjunto de respostas incorretas, às quais se atribui 0 pontos. Consequentemente, a pontuação máxima a atingir neste indicador é equivalente a 9 pontos (PNFF, 2022).

²³ Também conhecidas como Variáveis *Dummy*.

²⁴ Técnica frequentemente utilizada para medir atitudes, perceções e opiniões, através de uma série de afirmações, através das quais o inquirido revela o seu nível de “concordância”, indo desde o “discordo totalmente” ao “concordo totalmente” (Joshi et al., 2015).

Por fim, o **(III) Indicador de Atitudes Financeiras (IAF)** avalia a abordagem adotada pelos decisores financeiros no que respeita à gestão empresarial, bem como ao planeamento financeiro das suas entidades. Deste modo, este indicador é auferido através de três questões presentes no questionário, seguindo-se o mesmo sistema de pontuação através da escala de *Likert* (1 “*Discordo Totalmente*” e 4 “*Concordo Totalmente*”) que, como no indicador anterior, a OCDE considera duas respostas válidas, que convertemos para uma escala binária (0 incorreto, 1 correto), alcançando um máximo de três pontos neste indicador (PNFF, 2022).

Desta forma, o Indicador Global de LF (*IGLF*) corresponde, concretamente, ao somatório dos indicadores intermédios, podendo tomar valores entre o zero e os dezassete pontos, sendo normalizados *a posteriori* para uma escala entre 0 a 100 de forma a tornar exequível a realização de análises comparativas (PNFF, 2022).

$$IGLF = ICNF + ICPF + IAF$$

Segue abaixo uma tabela detalhada explicitando as questões de inquérito referentes a cada indicador intermédio de LF (PNFF, 2022):

Tabela 7 - Detalhes das Questões do Inquérito para o Cálculo do Indicador Global de Literacia Financeira

Indicador	Questão	Legenda	Valor a Atribuir
<i>Conhecimentos Financeiros</i>	C8_1	Os dividendos fazem parte do que uma empresa paga a um banco para reembolsar o empréstimo.	1 correta (Resposta: Falsa); 0 nos restantes casos.
	C8_2	Quando uma empresa obtém capital próprio de um investidor, este fica com uma fração da propriedade da empresa.	1 correta (Resposta: Verdadeira); 0 nos restantes casos.
	C8_3	Se um investimento financeiro der à empresa a possibilidade de ganhar muito dinheiro, é provável que exista igualmente a possibilidade de perder muito dinheiro.	1 correta (Resposta: Verdadeira); 0 nos restantes casos.
	C8_4	Inflação alta significa que o custo de vida aumenta rapidamente.	1 correta (Resposta: Verdadeira); 0 nos restantes casos.
	C8_5	Normalmente, um empréstimo a 15 anos exige prestações mensais mais elevadas do que um empréstimo a 30 anos do mesmo	1 correta (Resposta: Verdadeira); 0 nos restantes casos.

		montante, mas o total de juros pagos é inferior.	
Subtotal			Máximo 4 pontos.
<i>Comportamentos Financeiros</i>	B2	Separação de Contas.	1 para contas separadas (Resposta: 3); 0 nos restantes casos.
	B5	Comparação de opções.	1 se compara (Resposta: 1 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C3	Controlo de registos financeiros.	1 se controla (Resposta: 1, 2, 4 e 5); 0 nos restantes casos.
	C4	Financiamento de reforma.	1 se pensou (Resposta: 1); 0 nos restantes casos.
	C5	Lidar com situação de roubo.	1 se tem seguro (Resposta: 1 ou 2); 0 nos restantes casos.
	C6_1	Mantenho dados e informação fidedigna sobre a empresa.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C6_2	Comparo o custo de diferentes fontes de financiamento para a empresa.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C6_3	Faço regularmente previsões da rendibilidade esperada da empresa.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C6_4	Ajusto o meu planeamento em função de alterações no contexto económico.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
Subtotal			Máximo 9 pontos.
<i>Atitudes Financeiras</i>	C7_1	Estabeleço objetivos de longo prazo e esforço-me por atingi-los.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C7_2	Não tenho problemas em contactar bancos e investidores externos para obter financiamento para a minha empresa.	1 se concorda (Resposta: 3 ou 4); 0 nos restantes casos.
	C7_4	Prefiro seguir o meu instinto em vez de fazer planos financeiros pormenorizados para a minha empresa.	1 se discorda (Resposta: 1 ou 2); 0 nos restantes casos.
Subtotal			Máximo 3 pontos.
TOTAL			Máximo 17 pontos.

4.3. Base de Dados e Seleção da Amostra

Para alcançar a amostra final foi realizada uma série de etapas. Primeiramente, recorreu-se à base de dados da própria entidade de acolhimento. Nesta etapa elaborou-se um *Microsoft Excel* com o nome da empresa e respetivo *e-mail*, contando com 150 clientes iniciais, tendo-se realizado uma triagem de forma a aferir se as empresas possuíam os critérios necessários para integrar este estudo (ser PME). Destes clientes iniciais, todos se encontravam aptos. Posteriormente, escreveu-se um *e-mail* com o envio do *link* para o preenchimento dos inquéritos. Importa referenciar que o inquérito foi realizado na ferramenta da *Google – Google Forms*, encontrando-se disponível no [Anexo I – Questionário](#) deste documento. Assim sendo, este inquérito tem por base o da OCDE²⁵, seguindo o mesmo modelo de análise e de aplicação. Especificamente, então, este inquérito é constituído por quatro grupos, a saber: Grupo A – Perfil da Empresa; Grupo B – Produtos Financeiros; Grupo C – Gestão e Planeamento das Finanças da Empresa; e Grupo D – Dados Demográficos sobre o Inquirido.

O envio dos respetivos inquéritos ocorreu no dia 21 de abril de 2023, tendo permanecido disponível até ao dia 31 de maio do ano em causa. Devido ao reduzido número de respostas obtidas inicialmente, decidiu-se reenviar o *e-mail* para o preenchimento do inquérito pelo menos cinco vezes para os 150 destinatários. Nesta fase, também houve ajuda por parte do Sócio-Gerente, Sr.º Dr.º Miguel Rodrigues, que estabeleceu contato direto com os clientes, a fim de incentivá-los a preencher o referido inquérito. Do mesmo modo, foram realizadas algumas chamadas telefónicas para os clientes, abordando a questão do questionário. No final deste processo conseguiu-se atingir um marco de 58 respostas. Destas, 57 encontravam-se válidas para análise, o que equivale a uma taxa de resposta válida de 38%. Após estas etapas, procedeu-se ao cálculo das variáveis, dependente e independentes, tratando os dados no *software IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*²⁶.

4.4. Caracterização da Amostra

Note-se que é importante proceder à caracterização da amostra dos inquiridos e das empresas que fazem parte deste estudo, de forma a contextualizar e fornecer informações

²⁵ OECD (2020). *OECD/INFE survey instrument to measure the financial literacy of MSMEs*.

²⁶ Plataforma Estatística que iremos utilizar para realizar a nossa análise.

importantes para a interpretação dos resultados obtidos. Por conseguinte, apresenta-se abaixo a descrição destes âmbitos, juntamente com a apresentação de gráficos dos parâmetros descritos, a fim de proporcionar uma melhor compreensão.

4.4.1. Caracterização dos Inquiridos

Neste inquérito, revelou-se que, de uma amostra de 57 empresários, a maioria é do sexo masculino (71,9%), correspondendo a 41 respostas. As restantes 16 respostas foram fornecidas pelo sexo feminino, representando 28,1% da amostra. Já o grupo etário com maior representatividade situa-se entre os 50 a 59 anos (38,6%), seguindo-se a faixa dos 40 a 49 anos (29,8%), 30 a 39 anos (15,8%), 60 a 69 anos (10,5%), 20 a 29 anos (3,5%) e, por fim, 70 a 79 anos (1,8%). Abaixo segue-se a representação gráfica destes dados:

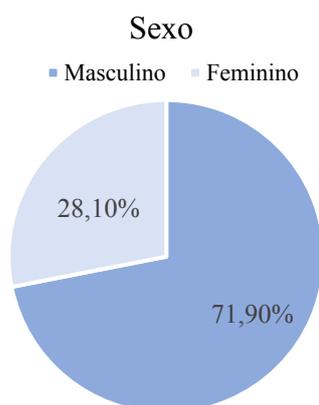


Gráfico 2 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Sexo

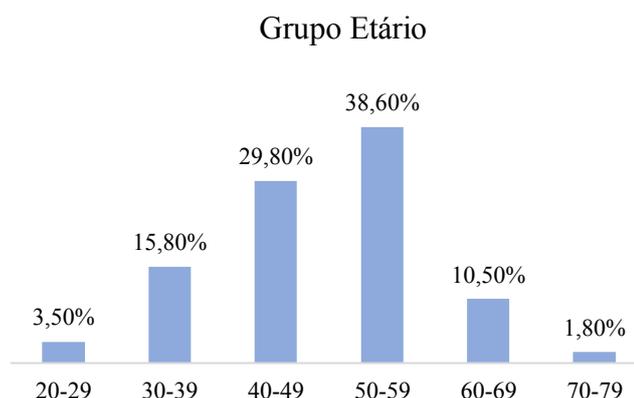


Gráfico 3 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Grupo Etário

Relativamente às habilitações literárias, é notório o elevado nível de educação dos inquiridos, uma vez que mais de metade da amostra apresenta formação no ensino superior (31,6% Pós-Graduação ou equivalente, Mestrado ou Doutoramento e 33,3% formação Universitária). Segue-se o Ensino Secundário completo com 19,3% dos inquiridos e, com 12,3%, o 3º Ciclo de Ensino Básico completo. Por oposição apenas um inquirido apresenta apenas o 1º Ciclo de Ensino Básico completo (1,8%), de entre o total da amostra. Portanto, no que diz respeito à formação empresarial na educação, metade dos inquiridos revela a tê-la adquirido (50,9%), enquanto os restantes 49,1% nunca tiveram algum tipo de formação nesta área no seu percurso de ensino. No entanto, 66,7% dos empresários demonstram nunca

ter recebido qualquer tipo formação sobre gestão financeira, apenas 33,3% afirmam já ter frequentado cursos específicos ou outras atividades relacionadas. Seguidamente, é apresentado os gráficos com as informações descritas:

Habilitações Literárias

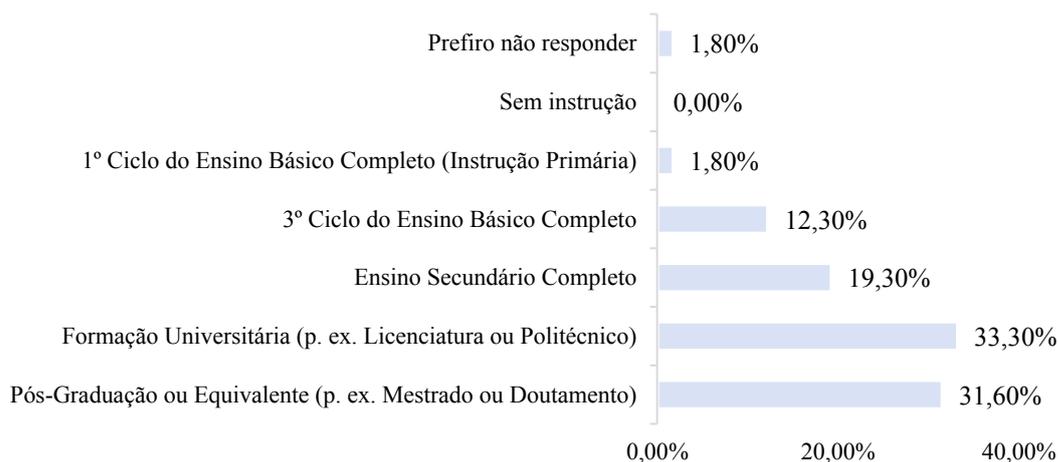


Gráfico 4 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Habilitações Literárias

Formação Educacional em Gestão de Empresas, Economia ou Finanças

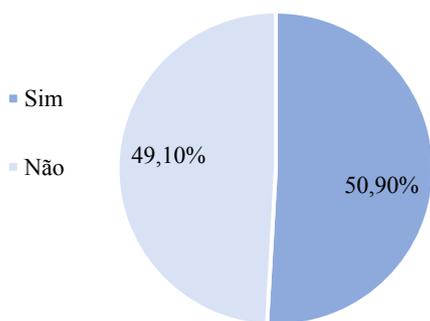


Gráfico 5 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Formação Educacional em Gestão de Empresas, Economia ou Finanças

Formação Específica em Gestão Financeira Empresarial

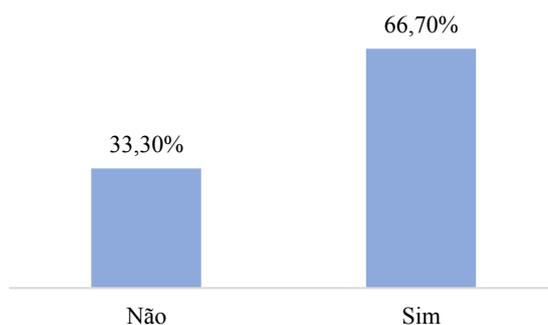


Gráfico 6 - Resultado do Inquérito, Parâmetro Formação Específica em Gestão Financeira Empresarial

Quanto ao tempo durante o qual o inquirido é proprietário empresarial, verificou-se que 47,4% já o são há mais de 10 anos, ficando muito à frente dos restantes grupos (5 a 10 anos com 21,1%, 2 a 5 anos 21,1% e menos de 1 ano 8,8%). Ainda se constatou que metade

da amostra possui, pelo menos, um dos pais como empresário ou que tenha sido empresário, embora, não exista muita discrepância, já que 47,4% diz que nenhum dos pais é ou foi proprietário de uma empresa. Deste modo, posteriormente, são ilustrados os gráficos derivados destes dados:

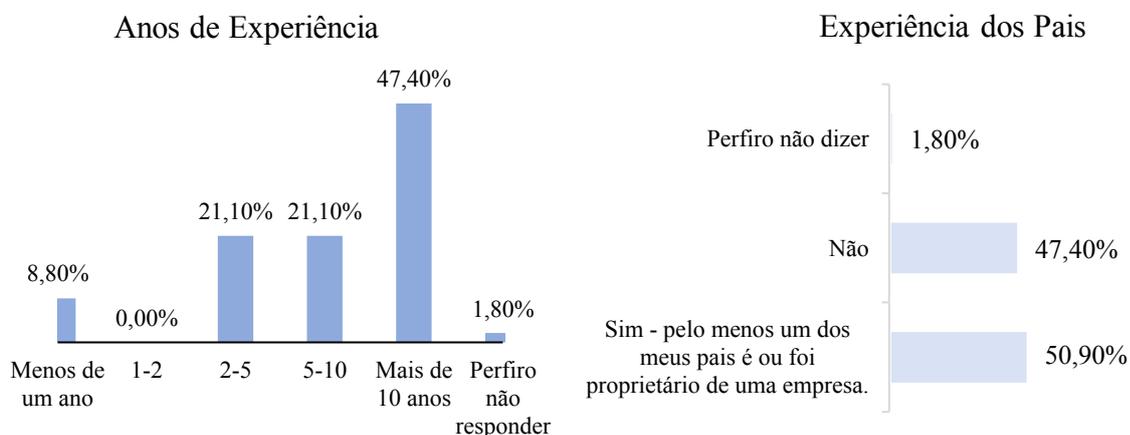


Gráfico 7 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Anos de Experiência

Gráfico 8 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Experiência dos Pais

4.4.2. Caracterização das Empresas

No que concerne às características das empresas inquiridas, constata-se que a maioria (87,7%) se localiza na região Centro, enquanto apenas 7% (equivalente a 4 inquiridos) pertence à região Norte. A região de Lisboa representa 3,5% do total da amostra, seguida pela região do Alentejo com 1,8%, não se verificando qualquer resposta proveniente das Regiões Autónomas – Madeira e Açores – nem do Algarve. Desta forma, estes dados estão representados no gráfico seguinte:

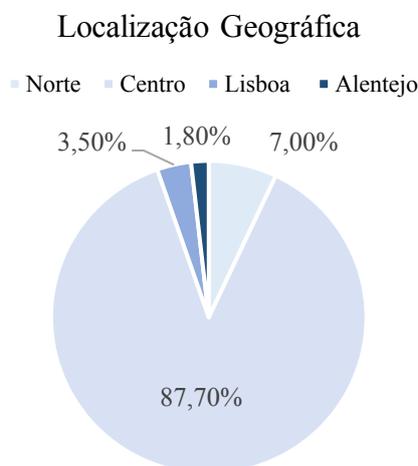


Gráfico 9 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Localização Geográfica

Já o setor de atuação das empresas em questão apresenta uma notável diversificação em várias áreas, com destaque para “Outros Serviços (Secções P a S²⁷)” com 28,1% do total, seguido por “Comércio por Grosso e a Retalho (Secção G)” com 22,8%, “Alojamento, Restauração e Similares (Secção I)” com 15,8%, “Construção e Atividades Imobiliárias (Secções F e L)” com 12,3%, “Serviços às Empresas (Secções M e N)” com 8,8%, “Indústria Extrativa e Transformadora (Secções B e C)” com 7%, “Transportes e Armazenagem (Secção H)” com 3,5%, e, por fim, “Agricultura, Silvicultura e Pesca (Secção A)” com 1,8%. Segue-se a representação gráfica destas informações:

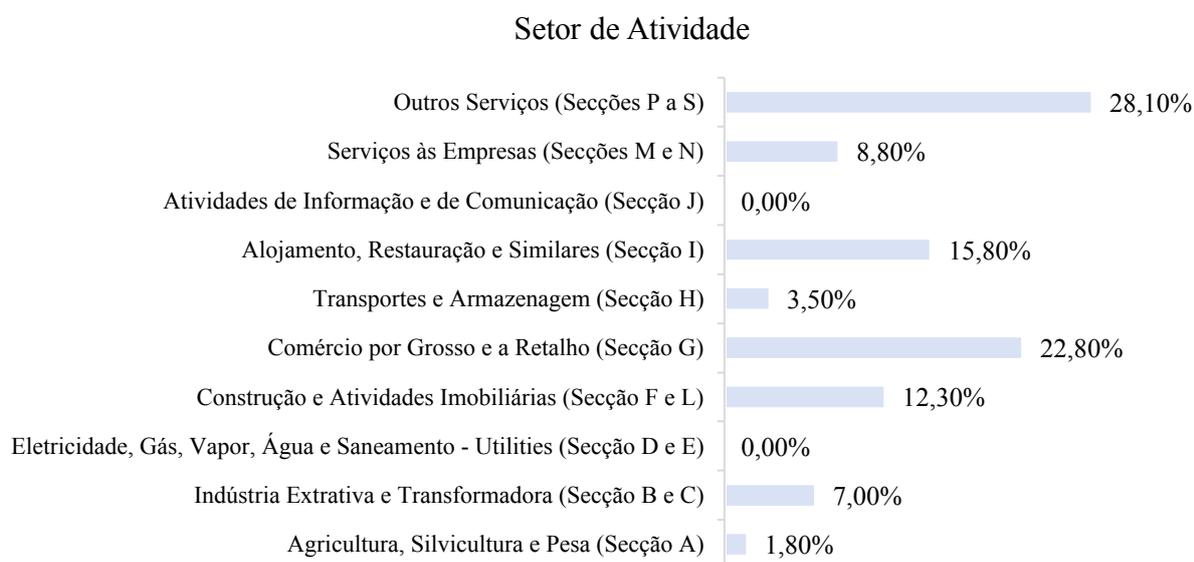


Gráfico 10 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Setor de Atividade

Quanto ao tamanho das empresas analisadas neste estudo, verifica-se que a esmagadora maioria apresenta dimensão micro. Dos 57 participantes, 21 indicaram ser os únicos trabalhadores, o que corresponde a 36,8% do total. Adicionalmente, as empresas de 2 a 9 trabalhadores representam 52,9% da amostra. Por outro lado, apenas 10,6% das empresas contam com mais de nove trabalhadores. Note-se também que as empresas com maior expressividade inquiridas têm presença ativa no mercado há mais de dez anos (49,1%) tendo sido reportado que a empresa mais antiga aqui analisada iniciou a sua atividade em 1945. Segue-se as empresas que foram constituídas nos últimos cinco anos, ou seja, entre

²⁷ As Secções estão de acordo com Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf

2018 e 2023 com 28,1%. Ficam no final as empresas constituídas há mais de 5 anos, mas menos de 10 anos, com uma proporção de 22,8%. Posteriormente, apresenta-se o gráfico sumariado dos dados abordados:

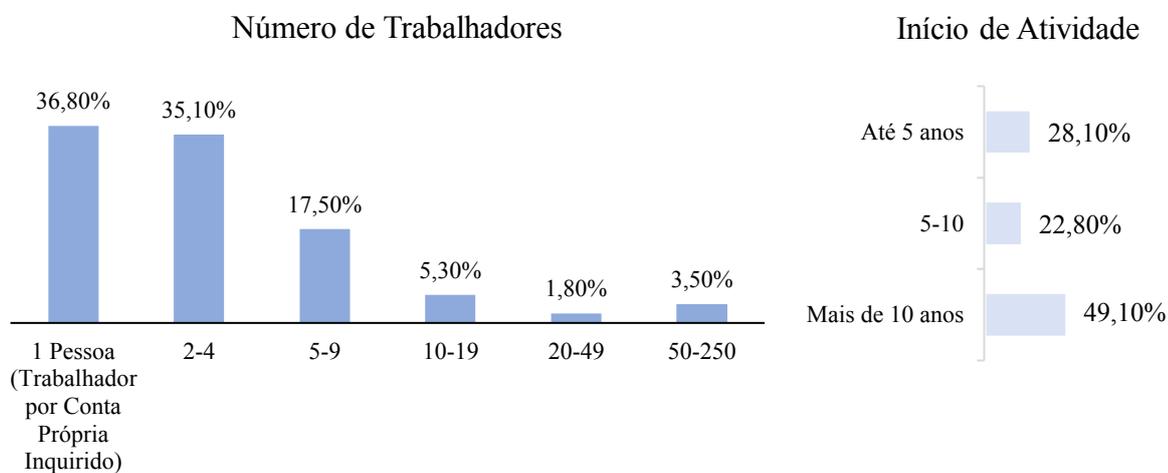


Gráfico 11 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Número de Trabalhadores

Gráfico 12 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Início de Atividade

Por fim, constata-se que 73,7% das empresas apresentam um volume de negócios relativo ao último exercício económico de até €500 000, o que está em concordância com a dimensão das empresas inquiridas. Desta forma, segue-se o gráfico com as informações acabadas de descrever:

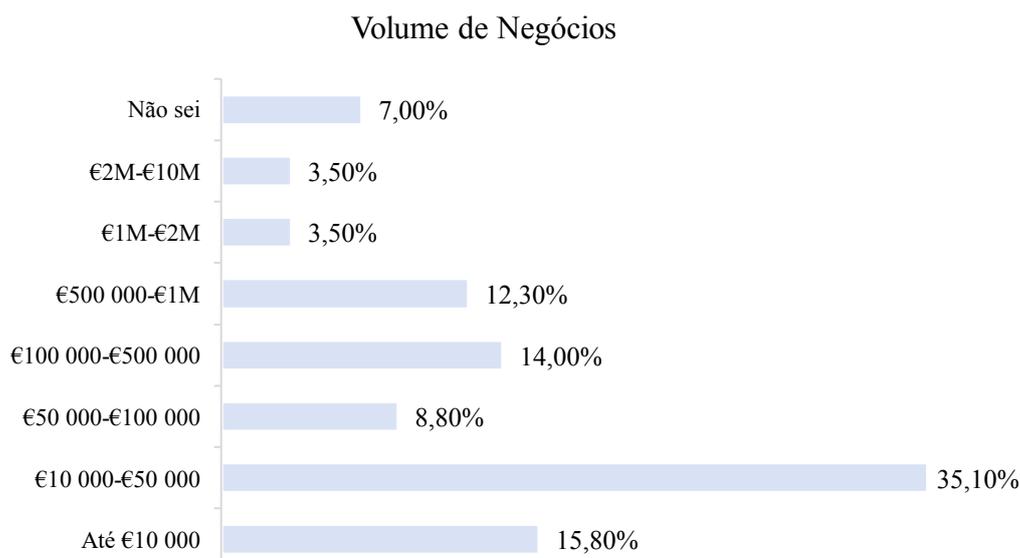


Gráfico 13 - Resultados do Inquérito, Parâmetro Volume de Negócios

4.5. Análise e o Modelo

No que diz respeito à análise dos dados utilizados neste estudo, importa destacar a implementação da análise descritiva das variáveis em estudo, além das anteriormente já abordadas. Nesta análise, serão explorados diversos parâmetros estatísticos, tais como o valor máximo, mínimo, média, mediana, desvio padrão e variância. De igual modo, terá uma apresentação da matriz de correlação de *Pearson*. Após estes passos, dar-se-á lugar aos testes à normalidade do *IGLF* bem como aos seus indicadores intermédios (*ICNF*, *ICPF* e *IAF*). Por fim, aplicar-se-á a equação de regressão linear com a estimação em MMQ. Note-se que, como o *IGLF* é o somatório dos indicadores intermédios, não seria adequado utilizar esses mesmos indicadores como variáveis independentes numa regressão linear, uma vez que inviabilizaria os resultados. Deste modo, seguindo a abordagem adotada pela OCDE, serão utilizados como variáveis dependentes todos os indicadores de LF (*IGLF*, *ICNF*, *ICPF* e *IAF*) enquanto as variáveis independentes ficarão ao encargo das características do empresário, sendo estas o género, a idade, as habilitações literárias, os anos de experiência, e igualmente das características da empresa, como o setor de atividade, número de trabalhadores, anos de atividade e volume de negócios (PNFF, 2022).

Este modelo trata-se de uma análise da relação entre a variável dependente (Y) e as variáveis independentes a considerar (X_i , $i = 1, \dots, p$) e pode ser apresentado da seguinte forma (Marôco, 2018):

$$Y_j = \beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_p X_{pj} + \varepsilon_j, \quad j = 1, \dots, n$$

Onde para além das variáveis, β_0 representa o termo constante; j identifica o decisor financeiro e ε_j o termo de erro. Desta forma pode-se concretizar, para cada variável dependente, as seguintes regressões lineares:

$$IGLF_j = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$ICNF_j = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$ICPF_j = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$IAF_j = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

Em que:

G – Género;

I – Idade;

HL – Habilitações Literárias;

AE – Anos de Experiência;

SA – Setor de Atividade;

NT – Número de trabalhadores;

AA – Anos de Atividade; e

VN – Volume de Negócios.

Note-se que, para a aplicação do MMQ, é necessário ter em consideração algumas suposições, tais como:

Suposição 1: $E(\varepsilon) = 0$, ou seja, a média dos resíduos é igual a zero. Recorrendo-se ao *SPSS*, através da média dos resíduos, constata-se que esta se apresenta aproximadamente nula.

Suposição 2: Variância constante, isto é, a distribuição dos resíduos, perante o teste de homocedasticidade, apresenta-se com valores relativamente estáveis. Foi possível validar esta suposição através do gráfico de dispersão decorrente do *SPSS*.

Suposição 3: Termo erro (ε) segue uma distribuição normal. Tal verificação foi exequível recorrendo aos histogramas apresentados para cada variável dependente no *SPSS*.

Suposição 4: Ausência de multicolinearidade, isto é, não pode existir dependência entre as variáveis independentes. Desta forma, recorreu-se ao *SPSS*, onde se verificou, através da matriz de correlação, a validação desta suposição.

Parte IV: Resultados e Discussão

Parte IV: Resultados e Discussão

Esta parte apresentará os resultados decorrentes deste estudo, a sua análise e discussão. Numa primeira fase, secção 5.1., ocorrerá uma análise das estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes, bem como a apresentação da matriz de correlação. Posteriormente, na secção 5.2., introduzir-se-ão os testes de normalidade. Adicionalmente, estimar-se-á o MMQ na secção 5.3. E, por fim, na secção 5.4., apresentar-se-á uma comparação dos resultados obtidos decorrentes deste estudo com os da OCDE (*vide* texto *supra*) de forma a possibilitar uma avaliação dos resultados deste estudo em relação aos apresentados pela OCDE.

5.1. Estatísticas Descritivas e Matriz de Correlação

Note-se que é fundamental proceder a uma análise descritiva da variável dependente e das variáveis independentes, a fim de conseguir-se obter uma melhor interpretação dos resultados. Deste modo, a tabela 8 apresenta esses dados:

Tabela 8 - Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo

<i>Variável</i>	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	Variância
<i>IGLF</i>	0	17	11,84	12	3,779	14,278
<i>ICNF</i>	0	5	3,19	3	1,540	2,373
<i>ICPF</i>	0	9	6,60	7	2,112	4,459
<i>IAF</i>	0	3	2,05	2	0,915	0,836

IGLF – Índice Global de Literacia Financeira; *ICNF* – Índice de Conhecimentos Financeiros; *ICPF* – Índice de Comportamentos Financeiros; e *IAF* – Índice de Atitudes Financeiras.

Fonte: SPSS.

Verifica-se que a variável dependente, *IGLF*, tem como valor máximo 17 e como valor mínimo 0 (numa escala de 0 a 17 pontos), o que equivale a uma amplitude de 17, detendo uma média de 11,84, uma mediana de 12, um desvio padrão de 3,779 e uma variância de 14,278. Estes valores demonstram uma grande dispersão de resultados, uma vez

que o desvio padrão se apresenta com um valor bastante elevado. Este último facto sugere que existe uma diversidade considerável nos valores observados na variável *IGLF*, indicando a presença de valores discrepantes ou *outliers*²⁸ que podem estar a contribuir para esta dispersão mais ampla.

Quanto às variáveis independentes, correspondentes à decomposição de *IGLF* nos seus três pilares, o *ICNF* (escalado entre 0 e 5 pontos), apresenta um mínimo de 0, um máximo de 5, correspondendo a uma amplitude 5, uma média de 3,19, uma mediana de 3, um desvio padrão menos acentuado do que a variável abordada anteriormente embora ainda com algum relevo, e, por último, uma variância na ordem dos 2,373. Já o segundo pilar, *ICPF* (representado numa escala de 0 a 9 pontos), exhibe um mínimo exatamente igual às anteriores variáveis na casa dos 0, um máximo de 9, levando a uma amplitude de 9, uma média 6,60, mediana de 7, desvio padrão de 2,112 e uma variância de 4,459. Estes valores representam a maior dispersão entre os três indicadores. Por fim, o pilar da Atitude Financeira apresenta um mínimo de 0, máximo de 3, média de 2,05, mediana de 2, desvio padrão de 0,915 e variância de 0,836. Esta última variável é a que apresenta a menor dispersão no nosso estudo, existindo uma maior homogeneidade de valores, uma vez que possui um desvio padrão inferior em relação às variáveis anteriores.

Deste modo, após esta descrição, apresenta-se de seguida as correlações existentes entre as variáveis em análise, para o efeito será utilizado a matriz de correlação de *Pearson*:

Tabela 9 - Matriz de Correlação de Pearson

Correlação	<i>ICNF</i>	<i>ICPF</i>	<i>IAF</i>
<i>ICNF</i>	1		
<i>ICPF</i>	0,557**	1	
<i>IAF</i>	0,424**	0,464**	1

** A correlação é significativa no nível de 0,01 (2 extremidades).

IGLF – Índice Global de Literacia Financeira; *ICNF* – Índice de Conhecimentos Financeiros; *ICPF* – Índice de Comportamentos Financeiros; e *IAF* – Índice de Atitudes Financeiras.

Fonte: *SPSS*.

²⁸ Valores que se diferenciam de forma mais discrepante dos demais.

A matriz de correlação *Pearson* dá-nos as correlações existentes entre variáveis. Esta é responsável por medir a força e direção da relação linear entre duas variáveis, indo de -1 (relação linear decrescente perfeita) a +1 (relação linear crescente perfeita) onde 0 corresponde a não dependência linear. Assim, pode-se perceber se níveis mais elevados de conhecimentos financeiros correspondem a atitudes mais conscientes ou a comportamentos mais prudentes (PNFF, 2022). Desta forma, verifica-se que essa correlação é positiva, ou seja, maior nível de conhecimentos financeiros leva com que o decisor financeiro da PME tinha efetivamente atitudes e comportamentos mais adequados.

5.2. Teste à Normalidade

O teste à normalidade desempenha um papel relevante a ser realizado neste género de estudo, uma vez que qualquer tipo de análise a realizar está fundamentada em suposições, muitas das quais são inválidas caso os dados não sigam uma distribuição normal. Acresce que este tipo de teste também auxilia na escolha mais adequada dos métodos estatísticos a serem adotados.

Desta forma, neste teste utilizamos as seguintes hipóteses:

H₀: Os dados da amostra seguem uma distribuição normal.

*H₁: Os dados da amostra **não** seguem uma distribuição normal.*

Neste contexto, procede-se à avaliação da rejeição ou não da hipótese nula (H_0). Assim sendo, foram conduzidos os testes de normalidade com o apoio do *SPSS* que ditaram a rejeição da hipótese nula, indicando que os dados não seguem uma distribuição normal. Note-se que nenhum dos indicadores, nem o indicador global nem os indicadores intermédios (Conhecimentos, Comportamentos e Atitudes) seguem uma distribuição normal, uma vez que todos os testes à normalidade realizados rejeitaram a hipótese de normalidade para todos esses indicadores (sendo que o *p-value* se apresenta menor do que o nível de significância (5%)). Para uma melhor compreensão, apresenta-se de seguida os histogramas acompanhados das suas respetivas curvas e o Gráfico Q-Q Normal:

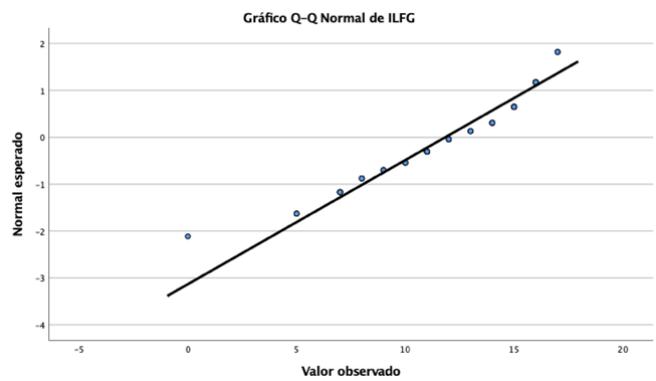
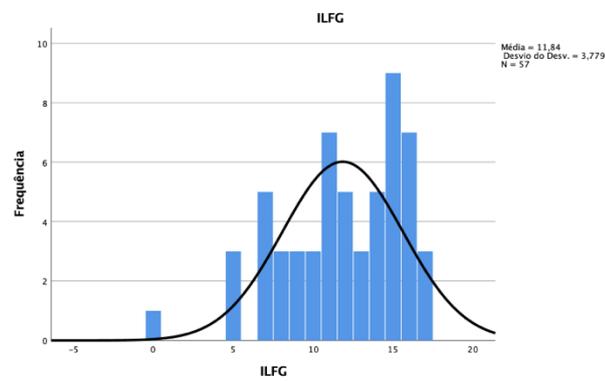
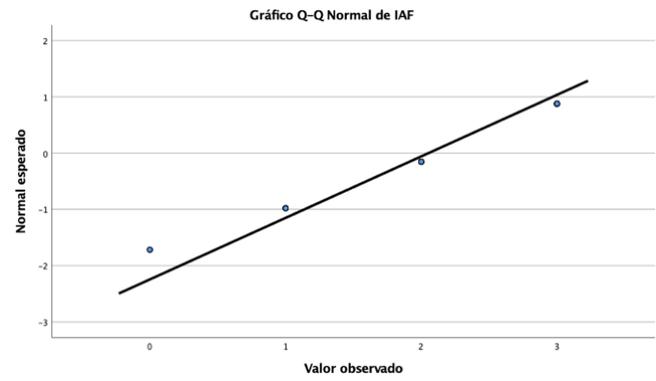
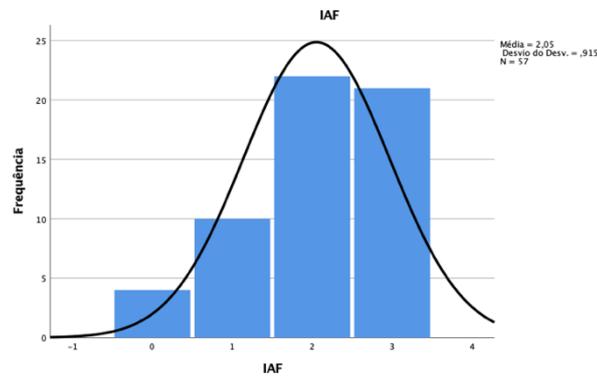
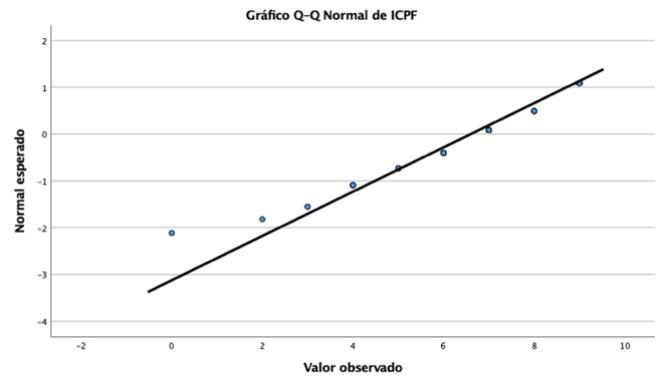
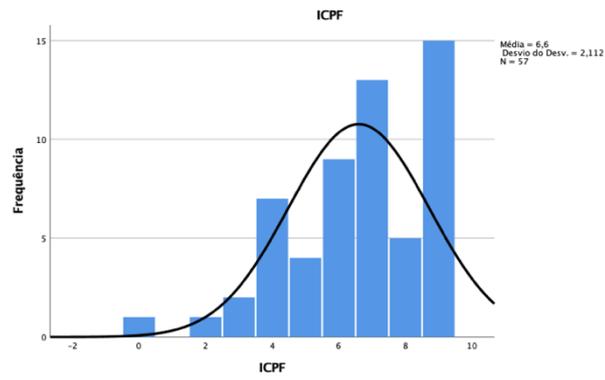
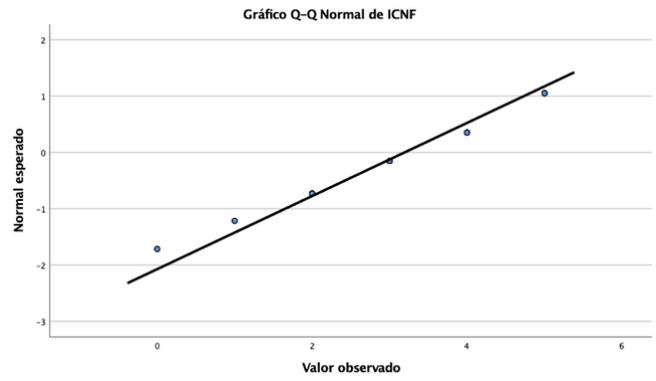
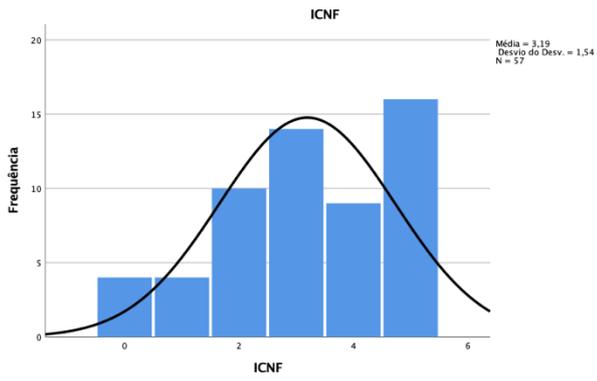


Gráfico 14 - Gráficos dos Testes à Normalidade

Fonte: SPSS.

5.3. Modelo dos Mínimos Quadrados

O MMQ consiste no ajuste linear que minimiza a soma dos desvios quadrados entre o resultado medido e o previsto pelo modelo. Este modelo apresenta relevância na área de econometria, sendo, por isso, frequentemente utilizado. Como referido no ponto 4.5. *Análise e o Modelo*, o MMQ será aplicado para cada variável dependente separadamente. Supracitando as regressões lineares adotadas neste estudo:

$$IGLF_J = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$ICNF_J = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$ICPF_J = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

$$IAF_J = \beta_0 + \beta_1(G) + \beta_2(I) + \beta_3(HL) + \beta_4(AE) + \beta_5(SA) + \beta_6(NT) + \beta_7(AA) + \beta_8(VN) + \varepsilon_j$$

Em que:

G – Género;

I – Idade;

HL – Habilitações Literárias;

AE – Anos de Experiência;

SA – Setor de Atividade;

NT – Número de trabalhadores;

AA – Anos de Atividade; e

VN – Volume de Negócios.

(Nota: Nestas regressões estão apenas expressas as variáveis independentes principais, embora o total consista em 22 variáveis independentes. Optou-se desta forma, uma vez que ficaria exaustiva a apresentação de todas elas. Mais à frente é explicado em que consiste e o motivo da escolha destas variáveis).

Note-se que as variáveis independentes deixam de ser os indicadores dos três pilares da LF (Conhecimentos, Comportamentos e Atitudes), mencionados anteriormente, que passam a ser as variáveis dependentes. Por sua vez, as características do decisor financeiro (género, idade, habilitações literárias e anos de experiência) bem como as características

empresariais (setor de atividade, número de trabalhadores, início da atividade e volume de negócios) passam a ocupar o lugar de variáveis independentes no modelo de análise.

Dentro das variáveis independentes, selecionou-se categorias para cada parâmetro, a saber: Género – Feminino; Idade – 40 a 49 anos, 50-59 anos, e 60 ou mais anos; Habilitações Literárias – Ensino Secundário, e Ensino Superior; Experiência – 5 a 10 anos, e mais de 10 anos; Setor de Atividade – Agricultura, Silvicultura e Pesca (Secção A), Indústria Extrativa e Transformadora (Secção B e C), Eletricidade, Gás, Vapor, Água e Saneamento – *Utilities* (Secção D e E), Construção e Atividades Imobiliárias (Secção F e L), Comércio por Grosso e a Retalho (Secção G), Transportes e Armazenagem (Secção H), Alojamento, Restauração e Similares (Secção I), Atividades de Informação e de Comunicação (Secção J), e Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas, Administrativas e outras (Secções M e N); Nº Trabalhadores – 10 a 49 pessoas; Atividade – 5 a 10 anos, e mais de 10 anos; Volume de Negócios – €100 000 a €500 000, e acima de €500 000.

Em contrapartida, as categorias base de comparação apresentam-se com os seguintes parâmetros: Género – Masculino; Idade – 20 a 39 anos; Habilitações Literárias – Ensino Básico ou inferior; Experiência – menos 5 anos; Setor de Atividade – Outros Serviços (Secção P a S); Nº Trabalhadores – inferior a 10; Atividade – menos dos 5 anos; Volume de Negócios – até aos €100 000.

Veja-se que a escolha das categorias em análise, bem como das categorias de comparação, não foi realizada de forma arbitrária. Essa opção segue o mesmo critério adotado pela OCDE, como evidenciado no relatório do inquérito à LF das PME's já supracitado (PNFF, 2022). Esta abordagem permite, posteriormente, a comparação dos dados decorrentes deste estudo com os apresentados pela OCDE.

Após inserção de todos os dados no *SPSS*, foi possível obter os seguintes valores:

Tabela 10 - Características relevantes para os indicadores de LF - MMQ

		<i>IGLF</i>	<i>ICNF</i>	<i>ICPF</i>	<i>IAF</i>
Género	Feminino	-0,130	0,186	0,088	-0,403
Idade	40-49	-1,054	-0,660	-0,515	0,122
	50-59	0,553	0,541	-0,223	0,234
	60 ou mais anos	1,677	1,251	0,200	0,226

Habilitações Literárias	Ensino Secundário	4,782***	1,730***	2,309***	0,743	
	Ensino Superior	3,915***	1,071	2,068***	0,776**	
Experiência	Entre 5 a 10 anos	-0,268	-0,388	-0,280	0,399	
	Mais de 10 anos	0,014	-0,659	0,629	0,043	
Setor de Atividade	Agricultura, Silvicultura e Pesca (Secção A)	0,531	0,892	-0,284	-0,077	
	Indústria Extrativa e Transformadora (Secção B e C)	0,188	-0,053	-0,633	0,874	
	Eletricidade, Gás, Vapor, Água e Saneamento – <i>Utilities</i> (Secção D e E)	_*	_*	_*	_*	
	Construção e Atividades Imobiliárias (Secção F e L)	1,634	1,162	-0,016	0,487	
	Comércio por Grosso e a Retalho (Secção G)	0,889	0,900	-0,080	0,068	
	Transportes e Armazenagem (Secção H)	6,402***	1,654	3,227***	1,521**	
	Alojamento, Restauração e Similares (Secção I)	-1,706	-0,631	-1,348	0,273	
	Atividades de Informação e de Comunicação (Secção J)	_*	_*	_*	_*	
	Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas, Administrativas e outras (Secções M e N)	2,906	1,452	0,999	0,455	
	Nº Trabalhadores	10-49 pessoas	-1,467	-0,895	-0,154	-0,419
	Atividade	5 a 10 anos	-1,916	0,266	-1,996***	-0,186
Mais de 10 anos		-2,477	-0,013	-2,253***	-0,211	
Volume de Negócios	€100 000 a €500 000	3,884***	0,999	2,177***	0,708	
	Acima de €500 000	3,878***	0,749	2,039***	1,091***	
Constante		8,187	1,618	5,715	0,854	
Observações		57	57	57	57	
R2		0,524	0,401	0,573	0,426	

*Omitidos uma vez que os valores apresentados são nulos.

Valores Estatisticamente Significativos – Nota: Nível de significância: ***p-value* < 0,1(α); ****p-value* < 0,05(α).

Fonte: SPSS.

Com base nos dados analisados, é possível inferir que, no caso em que a variável dependente é o *IGLF*, 52,4% da variação dessa variável pode ser explicada pelas variáveis independentes (género, idade, habilitações literárias, experiência, setor de atividade, número de trabalhadores, atividade e volume de negócios). Do mesmo modo, os indicadores intermédios de conhecimentos, comportamentos e atitudes apresentam níveis de *R2* correspondentes a 40,1%, 57,3%, 42,6%, respetivamente. Portanto, os valores apresentados no coeficiente de determinação (*R2*) são estatisticamente significativos (apresentam valores que se aproximam dos 50%), indicando que as variações observadas nas variáveis dependentes podem ser explicadas pelos modelos estimados (Marôco, 2018).

No que concerne aos coeficientes, estes foram estimados pelo *SPSS* e uma vez encontrados importa avaliar que variáveis são efetivamente relevantes para o modelo, isto é, se os valores encontrados são estatisticamente significativos. Assim sendo, a formulação de hipóteses centra-se em (Marôco, 2018):

$$H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = \dots = \beta_p = 0.$$

$$H_1: \exists i: \beta_i \neq 0 \text{ (} i = 1, \dots, p \text{)}.$$

(A expressão de H_1 lê-se como “existe pelo menos um i tal que β_i não é igual a zero”)

É de salientar que, como o *SPSS*, *software* utilizado no tratamento de dados, disponibiliza o valor de *p-value* para a variável em estudo, apenas é necessário verificar se o valor de *p-value* se apresenta maior ($>$) ou menor ($<$) do que o nível de significância (α). Neste sentido, se *p-value* $<$ α a hipótese nula é rejeitada, o que indica que o coeficiente em análise é relevante para o modelo. No caso oposto, *p-value* $>$ α , a hipótese nula não é rejeitada o que revela que o coeficiente não tem impacto significativo para o modelo (Marôco, 2018). Na tabela anterior, já se encontra os testes destes coeficientes com ** para um *p-value* menor do que 0,1 de α e *** para um *p-value* menor do que 0,05 de α .

Deste modo, para um $\alpha = 0,05$, no caso em que a variável dependente é o *IGLF*, por exemplo, podemos concluir que:

A variável “Género Feminino” apresenta um coeficiente negativo ($\beta = -0,130$) e um *p-value* de 0,919, uma vez que *p-value* (0,919) $>$ α (0,05) significa que, neste modelo, o género não tem impacto no *IGLF*. O mesmo se aplica à variável “Idade”, “Experiência”, “Setor de Atividade” excluindo o setor dos transportes e armazenagem (Secção H), “Nº de Trabalhadores” e “Atividade”.

Por sua vez a variável “Habilitações Literárias_Ensino Secundário” apresenta uma relação positiva ($\beta = 4,782$) e um *p-value* de 0,011. Uma vez que *p-value* (0,011) $<$ α (0,05) constata-se que o nível de educação influencia o *IGLF* de forma significativa. Verifica-se o mesmo para as “Habilitações Literárias_Ensino Superior”, “Setor de Atividade” apenas no setor dos transportes e armazenagem (Secção H) e no “Volume de Negócios”.

Resumindo, das 22 variáveis independentes: na opção em que a variável dependente é o *IGLF*, apenas 5 (Habilitações Literárias_Ensino Secundário; Habilitações Literárias_Ensino Superior; Setor de Atividade_Transportes e Armazenagem (Secção H); Volume de Negócios_€100 000 a €500 000; e Volume de Negócios_acima de €500 000) apresentam relevância para o modelo; no caso em que a variável dependente é o *ICNF* só 1 (Habilitações Literárias_Ensino Secundário) é importante para o modelo; quanto ao *ICPF* atinge-se um máximo de 7 variáveis independentes que se mostram relevantes para o modelo (Habilitações Literárias_Ensino Secundário; Habilitações Literárias_Ensino Superior; Setor de Atividade_Transportes e Armazenagem (Secção H); Atividade_5 a 10 anos; Atividade_mais de 10 anos; Volume de Negócios_€100 000 a €500 000; e Volume de Negócios_acima de €500 000); de modo semelhante ao *ICNF*, no *IAF* somente existe uma variável com influência considerável para o modelo (Volume de Negócios_acima de €500 000).

5.4. Comparação de Resultados Presentes *versus* Resultados da OCDE

Para a realização de uma comparação entre os dados obtidos neste estudo e os obtidos pelo estudo da OCDE podemos, em primeiro lugar, avaliar o valor do *IGFL* e os indicadores intermédios, *ICNF*, *ICPF* e *IAF*. No que concerne ao *IGFL*, a OCDE atingiu um marco de 80,6%. No nosso estudo, esse indicador ficou pelos 69,65%. Por sua vez, em relação aos componentes do *IGLF*, o *ICNF* na OCDE ficou nos 21,9%, já no presente estudo esse indicador apenas apresentou 18,76%. O *ICPF* na OCDE alcançou os 45,3% ao passo que,

nesta pesquisa, exibiu um valor de 38,83%. E, por fim, o *IAF* na OCDE obteve 13,4%. Em contrapartida, atingiu-se, aqui, os 12,06%.

Já no que concerne ao MMQ para a análise das características relevantes para indicadores de literacia financeira e o indicador global, a OCDE evidenciou que:

Os indicadores de LF: são mais elevados nas faixas etárias acima de 20-39 anos e as diferenças apenas não são estatisticamente significativas no indicador de atitudes financeiras; tendem a aumentar com as habilitações literárias dos empresários, sendo especialmente significativa a frequência do ensino superior; são relativamente mais elevados nos setores de “Comércio por grosso e retalho” e de “Atividade de consultoria, científicas, técnicas, administrativas e outras”; são mais elevados nas pequenas empresas (10-49 trabalhadores) do que nas micro empresas (menos de 10 trabalhadores), relação que apenas não é estatisticamente significativa no indicador de conhecimentos financeiros; tendem a aumentar com o volume de negócios; são mais elevados nos empresários com mais de 10 anos de experiência PNFF (2022: 56).

Em contrapartida, no presente modelo, concluímos que a faixa etária não exerce qualquer influência significativa sobre nenhum dos indicadores, o que difere dos resultados obtidos pela OCDE. No que diz respeito às habilitações literárias, verificamos uma influência significativa e geral nos indicadores de LF. No entanto, ao contrário da OCDE, do modelo apresentado deduz-se que o Ensino Secundário tem um impacto maior do que o Ensino Superior. Esta inversão pode estar correlacionada com o perfil dos inquiridos. Relativamente ao setor de atividade, identifica-se que o setor de Transportes e Armazenagem (Secção H) se apresenta com valores elevados e estatisticamente significativos. Porém, em relação à variável independente do tamanho da empresa, não se consegue chegar a uma conclusão precisa, o que difere dos resultados da OCDE. Por outro lado, em relação ao volume de negócios, constatam-se coeficientes no seu geral elevados e estatisticamente significativos. Porém, contrariamente aos resultados da OCDE, tal como na questão das habilitações literárias, observa-se que um maior volume de negócios não corresponde necessariamente a maiores níveis dos indicadores de LF, visto que o intervalo de volume de negócios entre €100 000 a €500 000 apresenta um coeficiente maior do que aqueles que possuem um volume de negócios acima de €500 000. Por fim, neste estudo, não se encontra nenhuma relação significativa na categoria de experiência, ao contrário do que foi concluído pela OCDE, que verificou que quanto mais anos de experiência, maiores os níveis dos indicadores de LF.

Importa salientar que o número de respostas deste estudo foi de 57 decisores financeiros, contrapondo-se ao que ocorreu na OCDE, em que foram incluídos 1 541 decisores (27 vezes mais empresas do que este estudo). Portanto, esta disparidade de tamanho da amostra pode resultar em diferenças nos sinais dos coeficientes e na sua significância estatística, bem como em possíveis divergências nas conclusões obtidas.

Conclusão

No que concerne ao estágio curricular, apresentou-se com um balanço positivo, uma vez que proporcionou o contacto com o ambiente de trabalho e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. Realça-se a aprendizagem com os desafios da profissão de contabilista. De igual modo, o estágio permitiu colmatar a lacuna da vertente prática que detinha.

A *Linha Recta* detém um portefólio composto por 150 clientes, sendo todos eles decisores financeiros das suas respectivas PME's. Este portefólio é exclusivamente constituído por empresas desse segmento. Apesar do papel extremamente importante destas empresas para o desenvolvimento económico da sociedade, pelos motivos supracitados no decorrer deste relatório, as mesmas apresentam diversas lacunas ao nível da LF, o que se reflete nas decisões e, conseqüentemente, na vida útil da entidade (Arribas & Vila, 2007; Calvino et al. 2015; Graña-Alvarez et al., 2022). Neste sentido, surgiu o interesse de investigar o nível de LF dos decisores financeiros de PME's.

Deste modo, neste estudo utilizou-se a metodologia já testado pela OCDE para avaliar o nível de LF das PME's, baseando-se na formulação de um inquérito. Assim sendo, este questionário tem como base os três pilares da LF, correspondentes aos indicadores intermédios utilizados para alcançar o *IGLF*, sendo estes os Conhecimentos, Comportamentos e Atitudes. Utilizou-se para análise a matriz de correlação de *Pearson*, de forma a aferir dados fundamentais, e a análise baseada no MMQ, isto é, a regressão linear.

Os resultados aqui obtidos permitiram concluir que nível de LF dos clientes de PME's da *Linha Recta*, de forma a responder à nossa questão de partida, foi de 69,65%, o que representa um valor considerável. Note-se que uma vez que o *IGLF* é o somatório dos *ICNF*, *ICPF* e *IAF*, importa também referir que o indicador com menor pontuação é o dos Comportamentos Financeiros (onde numa escala de 0 a 9 obteve uma média de 6,60). Logo podemos concluir que os inquiridos não adotam bons comportamentos financeiros. Quanto à regressão linear, podemos, sumariamente, afirmar que as habilitações literárias e o volume de negócios são os principais fatores que influenciam significativamente os indicadores de LF, conclusão que corrobora a apresentada pela OCDE. Além disso, a comparação com os resultados apresentados pela OCDE foi um dos objetivos alcançados com sucesso neste estudo.

No que diz respeito às limitações deste estudo, deparamo-nos com a inexistência de uma definição uniforme dos termos LF e PME. Este facto impede a aplicação deste estudo em determinados locais geográficos ou mesmo em pesquisas comparativas. Portanto, esta pesquisa apresenta essa limitação, que, no entanto, é inevitável, uma vez que todos os artigos publicados até ao momento também enfrentam essa mesma limitação. Contudo, espera-se que essa barreira possa ser superada num futuro próximo (Graña-Alvarez et al., 2022).

Outra limitação deste estudo está relacionada com o baixo número de inquiridos que responderam ao inquérito. Apesar disso, foi possível obter uma taxa de respostas superior a 35% da amostra e deter respostas diretas dos inquiridos, o que resulta numa mais-valia para qualquer trabalho. Ainda assim, este número de respostas apresentou-se reduzido, por fatores alheios a nós. Portanto, essa limitação pode ter influenciado os resultados obtidos, direcionando-os para valores diferentes dos apresentados pela OCDE.

No entanto, apesar das limitações identificadas, acredita-se que este estudo contribuiu de forma positiva para a obtenção de informações relevantes, tanto para os decisores financeiros de PME's como para instituições que trabalham e/ou apoiam as questões da LF dos decisores financeiros de PME's. Permite, de igual modo, o avanço nesta área científica, a qual necessita de mais atenção e que será fundamental para o futuro, uma vez que são estas organizações as maiores impulsionadoras/desenvolvedoras de uma sociedade.

Recomenda-se aos estudos futuros que optem pela difusão em maior escala de questionários, possivelmente até de forma presencial, a fim de alcançar um maior número de respostas. Outro ponto, conforme sugerido por Graña-Alvarez et al. (2022), é crucial que as investigações futuras se concentrem na definição objetiva dos conceitos basilares nesta área, uma vez que a padronização destes termos permitiria a realização de estudos e análises comparativas.

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Referências Bibliográficas

- Abebe, G., Tekle, B., & Mano, Y. (2018). Changing Saving and Investment Behaviour: The Impact of Financial Literacy Training and Reminders on Micro-businesses. *Journal of African Economies*, 27(5), 587–611. <https://doi.org/10.1093/jae/ejy007>
- Agyapong, D., & Attram, A. B. (2019). Effect of owner-manager's financial literacy on the performance of SMEs in the Cape Coast Metropolis in Ghana. *Journal of Global Entrepreneurship Research*, 9(1), 67. <https://doi.org/10.1186/s40497-019-0191-1>
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Arribas, I., & Vila, J. E. (2007). Human capital determinants of the survival of entrepreneurial service firms in Spain. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 3(3), 309–322. <https://doi.org/10.1007/s11365-007-0038-z>
- Atkinson, A., & Messy, F.-A. (2012). *Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study* (OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions N.º 15). <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>
- Basha, S. A., Bennis, H., & Goaid, M. (2023). Financial literacy, financial development, and leverage of small firms. *International Review of Financial Analysis*, 86, 102510. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2023.102510>
- Borges, A., Rodrigues, R., & Azevedo, J. (2014). *Elementos de Contabilidade Geral* (26ª Edição). Lisboa: Áreas Editora.
- Calvino, F., Criscuolo, C., & Menon, C. (2015). *Cross-country evidence on start-up dynamics* (OECD Science, Technology and Industry Working Papers N.º 2015/06). <https://doi.org/10.1787/5jrxtkb9mxtb-en>
- Campo, M. A., & Barnes, L. (2017). *An Examination of Financial Literacy Levels amongst Owner/Managers of Small and Medium-sized Enterprises*. Paper presented at the Accounting e Finance Association of Australia and New Zealand Conference,

Adelaide, Australia. Retrieved from <http://www.afaanz.org/openconf/2017/openconf.php>.

Citradika, D. P., Atahau, A. D. R., & Satrio, D. (2019). The use of non-cash transactions among batik SMEs: An empirical review from Indonesia. *International Journal of Business and Society*, 20(1), 397–416. <http://www.ijbs.unimas.my/images/repository/pdf/Vol20-no1-paper25.pdf>

Comissão Europeia. (2006). A nova definição de PME: Guia do utilizador e modelo de declaração. http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2013/Publicacoes/Guia_Definicao_PME.pdf

Dahmen, P., & Rodríguez, E. (2014). Financial Literacy and the Success of Small Businesses: An Observation from a Small Business Development Center. *Numeracy: Advancing Education in Quantitative Literacy*, 7(1). <https://doi.org/10.5038/1936-4660.7.1.3>

Egbo, O. P., Ezeaku, H., Igwemeka, E., & Okeke, O. M. (2020). Financial literacy and access: Revisiting the bridges and barriers to women entrepreneurship in Nigeria. *Amazonia Investiga*, 9(29), 436–444. <https://doi.org/10.34069/AI/2020.29.05.48>

Ekanem, I. (2013). Influences on the behaviour of black and minority ethnic (BME) communities towards debt and bankruptcy: Behaviour of BME communities towards debt and bankruptcy. *International Journal of Consumer Studies*, 37(2), 199–205. <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2012.01104.x>

Fernandes, C., Peguinho, C., Viera, E., & Neiva, J. (2014). *Análise Financeira—Teoria e Prática—Aplicação no âmbito do SNC* (3ª Edição). Lisboa: Edições Sílado.

G20 (2023). *G20– Background Brief*. https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/about_g20/G20_Background_Brief.pdf

Graña-Alvarez, R., Lopez-Valeiras, E., Gonzalez-Loureiro, M., & Coronado, F. (2022). Financial literacy in SMEs: A systematic literature review and a framework for further inquiry. *Journal of Small Business Management*, 0(0), 1–50.

<https://doi.org/10.1080/00472778.2022.2051176>

- Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296–316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Infopédia. (2023). *Literacia | Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. infopedia.pt - Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/literacia>
- Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., & Pal, D. (2015). Likert Scale: Explored and Explained. *British Journal of Applied Science & Technology*, 7(4), 396–403. <https://doi.org/10.9734/BJAST/2015/14975>
- Koropp, C., Grichnik, D., & Kellermann, F. (2013). Financial Attitudes in Family Firms: The Moderating Role of Family Commitment. *Journal of Small Business Management*, 51(1), 114-137. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1111/j.1540-627X.2012.00380.x?needAccess=true&role=button>
- Lewis, S., & Messy, F. (2012). *Financial Education, Savings and Investments: An Overview*, OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 22, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/5k94gxrw760v-en>.
- Mabula, J. B., & Ping, H. D. (2018). Financial Literacy of SME Managers' on Access to Finance and Performance: The Mediating Role of Financial Service Utilization. *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*, 9(9). <https://doi.org/10.14569/IJACSA.2018.090905>
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (7.ª Edição)*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Mason, C., & Wilson, R. (2000). Conceptualising Financial Literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 39.
- Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro—Uma Visão Integrada de Gestão (9ª Edição)*. Lisboa: Texto Editora.
- Nitani, M., Riding, A., & Orser, B. (2020). Self-employment, gender, financial knowledge, and high-cost borrowing. *Journal of Small Business Management*, 58(4), 669–706. <https://doi.org/10.1080/00472778.2019.1659685>

- OECD (2018). *OECD/INFE Core Competencies Framework on Financial Literacy for MSMEs*. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD-INFE-core-competencies-framework-on-financial-literacy-for-MSMEs.pdf>.
- OECD (2020). *OECD/INFE Survey Instrument to Measure the Financial Literacy of MSMEs*. <https://www.oecd.org/financial/education/2020-survey-to-measure-msme-financial-literacy.pdf>.
- Orton, L. (2007). *Financial Literacy: Lessons from International Experience*. Ottawa, ON, Canada: Canadian Policy Research Networks, Incorporated.
- Plano Nacional de Formação Financeira. (2016). Relatório do inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2015. Lisboa: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. <https://clientebancario.bportugal.pt/ptpt/publicacao/relatorio-do-inquerito-literacia-financeira-da-populacao-portuguesa2015>.
- Plano Nacional de Formação Financeira. (2021). Plano Nacional de Formação Financeira 2021-2025. Lisboa: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2022-02/plano_nacional_de_formacao_financeira_2021-2025.pdf
- Plano Nacional de Formação Financeira. (2022). Relatório do 1º Inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os Desafios da Covid-19 em Portugal 2021. Lisboa: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e Ministério da Economia e do Mar. https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2022-07/relatorio_do_1.o_inquerito_sobre_a_literacia_financeira_de_empresarios_de_micro_e_pequenas_empresas_e_os_desafios_da_covid-19_em_portugal_2021.pdf
- Portal do INE. (2023). https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=64092016&FAQSmodo=1&xlang=pt

- Remund, D. L. (2010). Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 276-295. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>.
- Riepe, J., Rudeloff, M., & Veer, T. (2022). Financial literacy and entrepreneurial risk aversion. *Journal of Small Business Management*, 60(2), 289–308. <https://doi.org/10.1080/00472778.2019.1709380>
- Sammut-Bonnici, T., & Galea, D. (2015). SWOT Analysis. Em *Wiley Encyclopedia of Management* (pp. 1–8). John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781118785317.weom120103>
- Sayinzoga, A., Bulte, E. H., & Lensink, R. (2016). Financial Literacy and Financial Behaviour: Experimental Evidence from Rural Rwanda. *The Economic Journal*, 126(594), 1571–1599. <https://doi.org/10.1111/eoj.12217>
- Scoring. (2023). SCORING. <https://scoring.pt/>

(esta página foi propositadamente deixada em branco)

Anexo I – Questionário

Inquérito à Literacia Financeira das Pequenas e Médias Empresas (PME's)

Exmo/a Senhor/a Empresário/a,

Venho por este meio pedir a vossa excelentíssima colaboração nesta investigação que estou a realizar como parte do meu Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Literacia Financeira das PME's e, após cuidadosa seleção, a vossa empresa foi escolhida para integrar a amostra. Gostaria, assim, de solicitar alguns minutos do vosso tempo para responder a este questionário.

Este estudo destina-se a proprietário de empresas que tomem parte das decisões financeiras sobre as mesmas. Se não é o seu caso, pedimos-lhe que reencaminhe o email para o proprietário (ou um dos proprietários) com responsabilidade na tomada de decisões financeiras na empresa. A sua participação é totalmente voluntária, anónima e confidencial. Os dados serão tratados no seu conjunto não havendo lugar a qualquer análise de respostas individuais. O presente questionário demorará aproximadamente 10 minutos e tem como base o questionário elaborado pela CESOP (Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica Portuguesa) contratado pelo Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o apoio do Ministério da Economia no âmbito do projeto internacional do Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do G20. Se quiser, poderá interromper as suas respostas e retomar mais tarde seguindo o mesmo link.

Por mim, por si, pela investigação, pelas PME's e pelo progresso não deixe de responder ao mesmo.

Em caso de dúvidas pode entrar em contacto para o seguinte email:
catia_andrade_@outlook.com

Grata pela atenção,
Cátia Andrade

- Compreendo os objetivos do estudo e aceito participar.
- Não quero participar.

Grupo A - Perfil da Empresa

A1. Qual a região em que se localiza a sede da sua empresa? *

- Norte.
- Centro.
- Lisboa.
- Alentejo.
- Algarve.
- Região Autónoma da Madeira.
- Região Autónoma dos Açores.

A2. Qual o setor de atividade da sua empresa (de acordo com a classificação das atividades económicas, revisão 3)? *

- Agricultura, silvicultura e pesca (Secção A).
- Indústria extrativa e transformadora (Secção B e C).
- Eletricidade, gás, vapor, água e saneamento - Utilities (Secção D e E).
- Construção e atividades imobiliárias (Secção F e Secção L).
- Comércio por grosso e a retalho (Secção G).
- Transportes e armazenagem (Secção H).
- Alojamento, restauração e similares (Secção I).
- Atividades de informação e de comunicação (Secção J).
- Serviços às empresas (Secções M e N).
- Outros Serviços (Secções P a S).

A3. A sua empresa é uma empresa com fins lucrativos, que toma decisões financeiras independentes? *

- Sim.
- Não.

A4. É o proprietário da empresa (único ou com outros proprietários)? *

- Sim.
- Não.

A5. Toma parte nas decisões financeiras desta empresa? *

Nota: as "decisões financeiras" da empresa podem incluir decisões relativas à contratação de um empréstimo para a empresa, à procura de fontes de financiamento, ao pagamento de impostos, a decisões sobre como resolver problemas de tesouraria, etc.

- Sim.
- Não.

A6. Sabe qual o número de pessoas, em termos equivalentes a tempo inteiro (full-time equivalent), a trabalhar nesta empresa, incluindo o/a Senhor/a? *

Nota: pode incluir proprietários, gestores, todos os tipos de empregados em regime de tempo parcial ou tempo inteiro, bem como trabalhadores sazonais, mais excluindo membros não remunerados do agregado familiar. A expressão "equivalentes a tempo inteiro" significa, por exemplo, que duas pessoas que trabalham metade do tempo contam como uma pessoa equivalente a tempo inteiro.

- Sim.
- Não.

A7. Em que intervalo se inclui o número de pessoas, em termos equivalente a tempo inteiro (FTE), a trabalhar nesta empresa (incluindo o inquirido)? *

- 1 pessoa (trabalhador por conta própria inquirido).
- De 2 a 4 pessoas.
- De 5 a 9 pessoas.
- De 10 a 19 pessoas.
- De 20 a 49 pessoas.
- De 50 a 250 pessoas.
- Mais de 250 pessoas.

A8. Em que ano a sua empresa iniciou a atividade? *

Nota: escreva, por favor, 4 dígitos. Se não souber o ano exato da fundação, indique, por favor um ano aproximado.

A sua resposta

A9. Qual foi o volume de negócios anual aproximado desta empresa no último exercício? *

- Até 10 000 €.
- Mais de 10 000 € e até 50 000 €.
- Mais de 50 000 € e até 100 000 €.
- Mais de 100 000 € e até 500 000 €.
- Mais de 500 000 € e até 1 milhão €.
- Mais de 1 milhão € e até 2 milhões €.
- Mais de 2 milhões € e até 10 milhões €.
- Mais de 10 milhões € e até 50 milhões €.
- Mais de 50 milhões €.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

Anterior

Seguinte

Página 3 de 7

Limpar
formulário

Grupo B - Produtos Financeiros

O conjunto de perguntas que se segue incide sobre produtos e serviços financeiros. Não lhe serão feitas perguntas sobre saldos das suas contas, apenas nos interessa saber se já ouviu falar ou se usa estes produtos na sua empresa. Tenha presente que apenas nos interessam os produtos que usa na sua empresa, e não a nível pessoal/agregado familiar.

B1. Que contas bancárias tem para a sua empresa? *

Nota: Assinale tudo o que for aplicável.

- Conta à ordem ou conta a prazo num banco com uma sucursal física.
- Conta à ordem ou conta a prazo com banco online sem uma sucursal física.
- Conta à ordem ou conta a prazo que pode ser movimentada através do seu telemóvel.
- A empresa não tem conta à ordem ou conta a prazo.
- Prefiro não responder.

B2. Qual das seguintes afirmações representa melhor a sua situação? *

- Uso a mesma conta para o meu agregado familiar e para a minha empresa.
- Tenho contas separadas para o meu agregado familiar e para a minha empresa, mas considero ser bastante difícil gerir separadamente as finanças do meu agregado familiar e da minha empresa.
- Tenho contas separadas para o meu agregado familiar e para a minha empresa, que são geridas de forma rigorosamente separada.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

Anterior

Seguinte

Página 4 de 7

Limpar
formulário

B3. Dos seguintes produtos ou serviços financeiros para empresas assinale aqueles de que já ouviu falar:

Nota: Assinale tudo o que for aplicável.

Só assinale nenhum se de facto não tiver ouvido falar de nenhum dos produtos apresentados.

B4. Usa estes produtos para a sua empresa, ou já usou nos últimos 24 meses (ou desde a criação da empresa, caso a mesma exista há menos de 24 meses)?

Nota: Assinale tudo o que for aplicável.

Só assinale nenhum se de facto não usa ou não tiver usado nenhum dos produtos apresentados.

	B3. Ovi falar.	B4. Utilizo na empresa.
Crédito comercial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empréstimo bancário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade de descoberto ou conta corrente caucionada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cartão de Crédito (para a empresa).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Leasing ou aluguer de longa duração (ALD).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Letras ou livranças.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Factoring - Desconto de faturas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Linhas de crédito protocoladas com o Estado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito documentário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Microcrédito (para a empresa).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações ou papel comercial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Capital de risco/Business Angels.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financiamento no mercado de capitais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crowdfunding/Empréstimo entre pares (peer-to-peer).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Initial coin offering (ICO).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Financiamento mezzanine.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Derivados (por exemplo, opções, futuros, swaps e outros).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro multiriscos (inclui cobertura de incêndio e coberturas facultativas de proteção das instalações da empresa e respetivo recheio).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro de responsabilidade civil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro de interrupção da atividade (ou seguro de perdas de exploração ou seguro de lucros cessantes).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro de vida para o proprietário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações ou empréstimos sustentáveis (sociais ou "verdes").	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nenhum.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B5. Quais das seguintes afirmações descreve melhor a forma como efetuou a escolha mais recente de um produto ou serviço financeiro para a sua empresa (p. ex., conta à ordem, empréstimo, seguro, etc.)? *

- Considerei várias opções de instituições diferentes antes de tomar a minha decisão.
- Considerei as várias opções de uma instituição.
- Não considerei quaisquer outras opções.
- Procurei mas não encontrei outras opções a considerar.
- Prefiro não responder.

Grupo C - Gestão e Planeamento das Finanças da Empresa

O conjunto de perguntas que se segue ajudar-nos-á a compreender a forma como as pessoas pensam e planeiam as finanças da empresa. Não existem respostas certas ou erradas a estas perguntas, e as suas respostas serão mantidas em estrita confidencialidade.

C1. Nos últimos 24 meses (ou deste a criação da empresa, caso a empresa exista há * menos de 24 meses) alguma destas pessoas o ajudou a tomar decisões financeiras para a empresa?

	Sim.	Não.	Prefiro não responder.
Parceiro de negócio.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contabilista externo à empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consultou financeiro externo à empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Intermediário financeiro (p. ex., banco).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organismo ou instituição pública.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Família ou amigos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra pessoa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

C2. Nos últimos 24 meses (ou desde a criação da empresa, caso a empresa exista há menos de 24 meses) pediu ajuda a alguém sobre algumas das seguintes questões? *

	Sim.	Não.	Prefiro não responder.
Gestão de tesouraria e/ou das necessidades de liquidez.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a financiamento externo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação do desempenho financeiro da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impostos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contabilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação da exposição da empresa a qualquer tipo de risco.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

C3. Como controla os registos financeiros da empresa? *

Nota: Assinale apenas uma opção, a mais utilizada.

- Formato eletrónico (por ex., MS Excel ou software específico).
- Papel (por ex. tomando notas num livro de registos; guardando recibos e faturas).
- Memorizo os registos financeiros.
- Outra pessoa trata do assunto por mim (p. ex. contabilista).
- Por outro meio.
- Normalmente não controlo.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

C4. Já pensou como vai ter dinheiro para viver após a sua reforma ou quando deixar de poder trabalhar por causa da idade avançada? *

- Sim.
- Não/Ainda não.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

C5. Imagine que amanhã descobre que a maior parte do equipamento de que necessita para ter a sua empresa em funcionamento foi roubado (p. ex., computadores, veículos ou outro equipamento). Qual das seguintes afirmações representa melhor o que faria? *

- Usaria dinheiro que a minha empresa reservou para emergências.
- Acionaria o seguro de todo ou de parte do equipamento.
- Pediria um empréstimo para comprar novo equipamento.
- Usaria alguns fundos pessoais ou do agregado familiar.
- Pediria à família ou a amigos que me emprestassem dinheiro ou o equipamento.
- Fecharia a minha empresa temporariamente ou para sempre.
- Não se, nunca pensei no assunto.
- Prefiro não responder.
- Outra: _____

C6. Pensando na sua empresa, concorda ou discorda das seguintes afirmações? *

	Discordo totalmente.	Discordo.	Concordo.	Concordo totalmente.	Prefiro não responder.
Mantenho dados e informação fidedigna sobre a empresa.	<input type="radio"/>				

<p>Comparo o custo de diferentes fontes de financiamento para a empresa.</p>	<input type="radio"/>				
<p>Faço regularmente previsões da rentabilidade esperada da empresa.</p>	<input type="radio"/>				
<p>Ajusto o meu planeamento em função de alterações no contexto económico.</p>	<input type="radio"/>				
<p>Quando faço um investimento na empresa, tenho em conta o seu impacto ambiental.</p>	<input type="radio"/>				
<p>Quando faço um investimento na empresa, tenho em conta o seu impacto social.</p>	<input type="radio"/>				
<p>Envolver os meus fornecedores na implementação de ações com reduzido impacto ambiental.</p>	<input type="radio"/>				

C7. Ainda pensando na sua empresa... concorda ou discorda das seguintes afirmações? *

	Discordo totalmente.	Discordo.	Concordo.	Concordo totalmente.	Prefiro não responder.
Estabeleço objetivos de longo prazo para a empresa e esforço-e para atingi-los.	<input type="radio"/>				
Não tenho problemas em contactar bancos e investidores externos para obter financiamento para a minha empresa.	<input type="radio"/>				
Prefiro projetos com elevado risco e elevado rendimento a projetos com baixo risco e baixo rendimento.	<input type="radio"/>				
Prefiro seguir o meu instinto em vez de fazer planos financeiros pormenorizados para a minha empresa.	<input type="radio"/>				

C8. Gostaria de saber se considera as seguintes afirmações verdadeiras ou falsas: *
As perguntas seguintes não se destinam a testá-lo, portanto, se pensa que sabe a resposta, é porque provavelmente sabe.

	Verdadeira.	Falsa.	Não sei.	Prefiro não responder.
Os dividendos fazem parte do que uma empresa paga a um banco para reembolsar um empréstimo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando uma empresa obtém capital próprio de um investidor este fica com uma fração da propriedade da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se um investimento financeiro der à empresa a possibilidade de ganhar muito dinheiro é provável que exista igualmente a possibilidade de perder muito dinheiro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inflação alta significa que o custo de vida aumenta rapidamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normalmente, um empréstimo a 15 anos exige prestações mensais mais elevadas do que um empréstimo a 30 anos do mesmo montante, mas o total de juros pagos será inferior.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo D - Dados Demográficos sobre o Inquirido

D1. Sexo *

- Masculino.
- Feminino.

D2. Em qual dos seguintes grupos etários se enquadra? *

- Menor de 18.
- 18-19.
- 20-29.
- 30-39.
- 40-49.
- 50-59.
- 60-69.
- 70-79.
- 80 ou mais.
- Prefiro não responder.

D3. Quais são as suas habilitações literárias? *

- Pós-graduação ou equivalente (p. ex. mestrado ou doutoramento).
- Formação universitária (p. ex. licenciatura ou politécnico).
- Ensino secundário completo.
- 3.º ciclo do ensino básico completo.
- 1.º ciclo do ensino básico completo (instrução primária).
- Sem instrução.
- Prefiro não responder.

D4. Teve formação sobre questões respeitantes a empresas, economia ou finanças *
na âmbito do ensino secundário ou superior que frequentou?

- Sim.
- Não.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

D5. Já alguma vez recebeu formação sobre como gerir as finanças da empresa? *
Nota: pode tratar-se de um curso específico ou de outra atividade sobre gestão de
finanças empresariais ou de uma formação mais alargada sobre técnicas
empresariais ou empreendedorismo.

- Sim.
- Não.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

D6. Há quanto tempo é proprietário de uma empresa, incluindo empresas *
anteriores das quais tenha sido proprietário?

- Menos de um ano.
- Entre 1 e 2 anos.
- Entre 2 e 5 anos.
- Entre 5 e 10 anos.
- Mais de 10 anos.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

D7. Algum dos seus pais é ou foi proprietário de uma empresa? *

- Sim - pelo menos um dos meus pais é ou foi proprietário de uma empresa.
- Não.
- Não sei.
- Prefiro não responder.

Anterior

Enviar

 Página 7 de 7

Limpar
formulário

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)